



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**DAYANE ALMEIDA DIAS**

**SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO COM OS DISCENTES  
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE  
2014

**DAYANE ALMEIDA DIAS**

**SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO COM OS DISCENTES  
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito necessário para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Msc. Thaísa Simplício Carneiro Matias

CAMPINA GRANDE  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D541s Dias, Dayane Almeida  
Segurança pública e serviço social [manuscrito] : um estudo com os discentes do curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba / Dayane Almeida Dias. - 2014.  
95 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Thaísa Simplicio Carneiro Matias, Departamento de Serviço Social".

1. Segurança pública. 2. Serviço social. 3. Formação profissional. I. Título.

21. ed. CDD 363.1

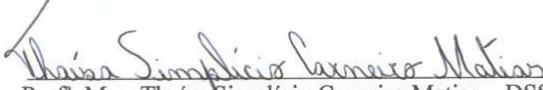
**DAYANE ALMEIDA DIAS**

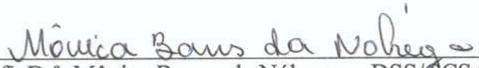
**SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO COM OS  
DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DA PARAÍBA**

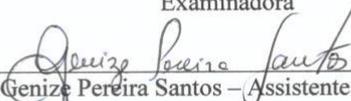
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito necessário para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Aprovado em: 09/09/2019

Banca Examinadora

  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Thaísa Simplicio Carneiro Matias – DSS/CCSA  
Orientadora

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Barros da Nóbrega – DSS/CCSA  
Examinadora

  
Esp. Genize Pereira Santos – Assistente Social/2º BPM  
Examinadora

À minha família, meu porto de abrigo, meu apoio, meu recanto, a qual devo em grande parte o que sou.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida, pela força e coragem que me deu para enfrentar todos os desafios que se fizeram presentes durante essa longa caminhada, desafios esses, que me ensinaram a crescer, superar-me e conhecer minhas capacidades e limites.

Aos meus queridos pais, Adriana de Almeida Guedes e Antônio Adailton Alves Dias. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que deu, em muitos momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença, significou segurança e certeza de que não estive sozinha nessa caminhada. Obrigada por todo o apoio e incentivo, pela confiança depositada em mim, pelos ensinamentos e valores perpassados, os quais contribuíram para a construção do meu ser. Essa vitória não é minha, e sim, de vocês!

Aos meus irmãos, Diego Almeida Dias e Diogo Almeida Dias, pela amizade, afeto e companheirismo constantes.

Aos meus avós maternos, Josete de Almeida Guedes e Severino Guedes Bezerra, pelo carinho, incentivo e acolhida, exemplos de simplicidade e sabedoria, o meu obrigada.

À minha família (tias, tios, primos e primas) pelas demonstrações de carinho e apoio! Em especial, à Germana Celys de Almeida Guedes, Rosa Guedes Batista, Ivonete Corrêa de Almeida e Rogério de Almeida Guedes pela companhia constante e tão querida, sacrifício ilimitado em todos os sentidos, orações, palavras, abraços e aconchego.

Às amigas (Bruna, Priscila, Juliana, Jailma, Maria) bem como as que tive o prazer de conhecer e conviver durante esses cinco anos da graduação (Eliane, Deise, Keila, Valéria e Liane). Vocês são exemplos de companheirismo, parceria e contribuição. Sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e me dando força para jamais desistir.

Aos professores pelo incentivo, paciência e por compartilharem seus conhecimentos que tanto enriqueceram meu saber.

À minha orientadora, Thaísa Simplício Carneiro Matias, por todo o conhecimento transmitido, pela atenção, paciência, dedicação, disponibilidade, amizade e pela contribuição para a realização deste trabalho.

À professora Mônica Barros e a minha supervisora de campo Genize Pereira Santos, por participarem da minha banca. Agradeço pelas contribuições que enriqueceram meu

trabalho e por se fazerem presentes neste momento tão importante para a minha formação profissional.

Agradeço a todos e a todas que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, em especial, aos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre a concepção dos discentes concluintes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) quanto a política de Segurança Pública. Para tanto, objetivou também traçar o perfil socioeconômico e cultural desses discentes; identificar se eles já tinham conhecimento do tema; verificar como a política de Segurança Pública foi discutida em sala de aula, bem como analisar a relação entre a política de Segurança Pública e o Serviço Social. Trata-se de um estudo explicativo com o enfoque qualitativo, realizado junto a oito discentes do curso de Serviço Social, sendo três da turma da manhã e cinco da turma da noite, por meio de entrevista semi-estruturada (gravada) que respeitou os preceitos do Comitê de Ética da referida universidade. Para análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A partir dos dados obtidos durante a realização da pesquisa, constatou-se que os entrevistados desconheciam e tinham opiniões baseadas no senso comum quanto ao cotidiano, bem como quanto à análise e sistematização da política de Segurança Pública. Este estudo corroborou com a análise de que, frente a um contexto em que a segurança ganha considerável destaque (nos debates tanto de especialistas como do público de modo geral), constatou-se que há uma discussão muito tímida a respeito da política de Segurança Pública por parte dos componentes curriculares do curso de Serviço Social da UEPB, a não ser quando o debate parte dos próprios discentes em sala, em rodas de conversas informais.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Serviço Social. Formação Profissional.

## ABSTRACT

That work deals with the design of the students from the Social Work from the State University of Paraíba (UEPB) as the policy of Public Safety. To do so, also aimed to draw the socioeconomic and cultural profile of these students; identify if they were already aware of the issue; check how the policy of Public Safety was discussed in class, as well as analyzing the relationship between politics Public Safety and Social Services. It is an explanatory study with qualitative approach, conducted with eight students from the Social Service, three class in the morning and five in the night shift, through semi-structured interviews (recorded) who observed the precepts the Ethics Committee of the said university. For data analysis, the technique of content analysis was used. From the data obtained during the research, found dry desconheciam respondents had opinions based on common sense in daily life, as well as the analysis and systematization of Public Safety policy. This study corroborated with the analysis that, compared to a context where security gains considerable emphasis (in the debates of both experts and the public in general), it was found that there is a very timid discussion of Public Safety policy by the components of the course curriculum of Social Work UEPB, unless the debate among learners themselves in the classroom, in informal conversations wheels.

**Keywords:** Public Security. Social Service. Vocational Training.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade.....	68
Gráfico 02 – Gênero .....	69
Gráfico 03 – Estado civil.....	70
Gráfico 04 – Atividade laborativa .....	70
Gráfico 05 – Renda mensal .....	71

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ABESS Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social  
ALAETSS Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social  
ANAS Associação Nacional dos Assistentes Sociais  
BPM Batalhão de Polícia Militar  
CBAS Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais  
CBCISS Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais  
CBSS Congresso Brasileiro de Serviço Social  
CCQs Círculo de Controle de Qualidade  
CEDEPSS Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social  
CELATS Centro Latino Americano de Trabalho Social  
CENEAS Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais  
CF Constituição Federal  
CFASS Conselho Federal de Assistentes Sociais  
CFESS Conselho Federal de Serviço Social  
CFSD Curso de Formação de Soldados  
CONCLAT Conferência Nacional da Classe Trabalhadora  
CPTRAN Comando de Policiamento de Trânsito  
CRAS Conselho Regional de Assistentes Sociais  
CRESS Conselho Regional de Serviço Social  
CUT Central Única dos Trabalhadores  
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente  
ENESSO Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social  
FMI Fundo Monetário Internacional  
FNSP Fundo Nacional de Segurança Pública  
LBA Legião Brasileira de Assistência  
LOAS Lei Orgânica da Assistência Social  
MEB Movimento de Educação de Base  
OMC Organização Mundial do Comércio  
ONU Organização das Nações Unidas  
PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PCB Partido Comunista Brasileiro  
PDT Partido Democrático Trabalhista  
PIB Produto Interno Bruto  
PM Polícia Militar  
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNSP Plano Nacional de Segurança Pública  
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPCAAM Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte  
PPDDHAM Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos Ameaçados de Morte  
PROERD Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência  
PRONASCI Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania  
PROVITA Programa de Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas das Ameaçadas  
PT Partido dos Trabalhadores  
RENAESP Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública  
SENASP Secretaria Nacional de Segurança Pública  
SEPLANSEG Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública  
SUAS Sistema Único de Assistência Social  
SUSP Sistema Único de Segurança Pública  
SUS Sistema Único de Saúde  
UEPB Universidade Estadual da Paraíba  
UNE União Nacional dos Estudantes  
UPPs Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM DEBATE.....</b>	<b>17</b>
2.1 SISTEMA CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE: SUBSÍDIOS PARA A REFLEXÃO .....	17
2.2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL .....	28
<b>3 TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....</b>	<b>38</b>
3.1 SERVIÇO SOCIAL: EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	38
3.2 O LEGADO DA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	53
3.3 SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA .....	61
<b>4 DISCUTINDO A SEGURANÇA PÚBLICA COM OS DISCENTES: UMA POLÍTICA RELACIONADA COM O SERVIÇO SOCIAL? .....</b>	<b>68</b>
4.1 PERFIL DOS DISCENTES ENTREVISTADOS .....	68
4.2 DISCUTINDO OS DADOS DA PESQUISA.....	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>
<b>Apêndice A: Roteiro de entrevista.....</b>	<b>92</b>
<b>Anexo A: Parecer do Comitê de Ética .....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO B: SÍNTESE DAS FAMÍLIAS REMOVIDAS NO RIO DE JANEIRO EM 2013 .....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A questão da segurança é uma preocupação constante que acompanha a trajetória do país desde sua colonização pelos portugueses, os quais tinham, como objetivo, dentre outros, defender o território de suas colônias, contra a ameaça dos povos estrangeiros.

Com o passar dos anos, a concepção de segurança foi se desenvolvendo, não mais pautada na defesa do território e sim, na manutenção da ordem pública, com vista a defender o patrimônio e o direito individual para a defesa do patrimônio, bem como para prevenir o avanço da criminalidade e da violência.

Foi a partir da relação construída entre importadores e empresários que se desenvolve o entendimento da questão social como expressão concreta da relação Capital x Trabalho no interior do processo industrial. Em princípio, a questão social<sup>1</sup> não fazia parte do discurso da classe dominante, ao contrário, buscava-se ocultá-la, através dos aparelhos repressivos do Estado.

É, no entanto, a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que a questão social passa a ser reconhecida e ganha legitimidade perante o Estado. Portanto, para Cerqueira Filho (1982), a partir daquela década, o Estado assume a questão social como caso de política, retirando-a da lógica repressiva (de polícia).

O primeiro paradigma que norteou a questão da Segurança no Brasil foi o da Segurança Nacional, cujo conceito, de acordo com Freire (2009), pode ser definido como

A habilidade de um Estado garantir, em determinada época, a obtenção e manutenção de seus objetivos nacionais, apesar dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais. [...] Em suma, o paradigma da Segurança Nacional caracteriza-se pela prioridade dada, inicialmente, ao inimigo externo, materializado no consumismo, e posteriormente, ao inimigo interno correspondente a qualquer indivíduo percebido como contrário à ordem vigente. (FREIRE, 2009, p. 103).

Este paradigma irá acompanhar a Segurança brasileira até o período ditatorial, no entanto, com um diferencial: se antes esse paradigma estava relacionado às ameaças externas, na ditadura militar este conceito fez referência aos inimigos internos, a tudo que viesse a pôr em risco a paz nacional.

---

<sup>1</sup>“ A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p. 77).

No período ditatorial (1964/1985), a Segurança Nacional primava pela defesa do Estado e da coesão social, isto é, fundava-se na lógica da supremacia inquestionável do interesse nacional. Este momento da história brasileira foi caracterizado pela supressão dos direitos constitucionais através de ações como censura, perseguições políticas e tantas outras atrocidades cometidas a qualquer manifestação que se opusesse ao regime militar.

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, tem-se uma nova concepção de segurança, sob a adoção do paradigma da Segurança Pública.

Cristino (2008) afirma que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a referida política passa a ser considerada dever de todo o cidadão, retirando a exclusividade de atuação dos órgãos policiais para o seu provimento. Tal prerrogativa é verificada no Capítulo V, Art. 144 da referida Constituição, a qual afirma que “a Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. (BRASIL, 2011, p. 63).

A partir da Constituição Federal de 1988, o Serviço Social se consolidou e ampliou sua atuação por meio da inserção profissional nos tribunais, ministérios públicos, defensorias públicas, batalhões de polícia, entre outros.

O termo sociojurídico é relativamente recente na história do Serviço Social brasileiro. Ele surge, segundo Borgianni (2004), a partir da iniciativa da Editora Cortez de publicar uma edição da revista Serviço Social e Sociedade nº 67, de 2001, com artigos que versavam sobre a inserção profissional no Poder Judiciário e no sistema penitenciário, sendo marco o 32º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em 2003 em Salvador, no qual se discutiu a necessidade de ampliar, articular e aprofundar este debate.

O sociojurídico revela o lugar que o Serviço Social brasileiro ocupa neste espaço sócio-ocupacional, disposto a analisar a realidade social em uma perspectiva de totalidade e em meio a contradições sociais profundas.

Foi curiosa, no levantamento do material pesquisado durante o período de Estágio Supervisionado e da própria elaboração do TCC ora apresentado, a ausência de material que versasse sobre análises da política de segurança, como do trabalho dos Assistentes Sociais neste espaço sócio-ocupacional.

Nesse contexto, cabe também ao Serviço Social apropriar-se da temática da Segurança Pública. Aliás, o que ocorre é uma apatia da categoria profissional em adentrar no debate sobre esta política, visto que, nos próprios congressos da categoria, são poucas (ou nenhuma) as publicações referentes ao tema.

Nesse contexto neoliberal, impõem-se desafios como a problematização das expressões da questão social e da criminalização da pobreza; a superação da aparência dos fenômenos; a distinção entre os instrumentos do fazer profissional, daqueles voltados para a averiguação das verdades jurídicas, assumindo o estudo social como próprio da intervenção do Serviço Social, capaz de desvelar as determinações que constituem a realidade, suas contradições etc. Tal intento requer ações articuladas, planejadas, na perspectiva de romper com a reprodução das desigualdades.

É permanente o desafio dos Assistentes Sociais no sociojurídico, exigindo constante vigilância no que tange às armadilhas que surgem no exercício profissional, remetendo a práticas alienadas e alienantes, ao passo que se tem, em mãos, oportunidades de incidir na defesa e ampliação de direitos.

No entanto, diante de tal contexto, a categoria dos Assistentes Sociais não tem atentado para tais questões, haja visto que as produções teóricas na área, os fóruns de debate ainda estão muito tímidos com relação a esta demanda latente à profissão.

Outro aspecto desafiador, e que merece ressalva, é o fato de que, por ser um espaço sócio-ocupacional em que o Assistente Social se encontra inserido, a política de Segurança Pública não vem sendo alvo de debates e discussões no âmbito acadêmico, no qual as discussões, seminários e ciclos de debates voltam-se apenas para o tripé: saúde, previdência social e assistência social.

Diante do exposto, o presente trabalho buscou *analisar a concepção dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) acerca da política de Segurança Pública*. Para tanto, objetivou também traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); identificar se eles já tinham conhecimento da temática; verificar se a política de Segurança Pública foi discutida em sala de aula, bem como analisar a relação entre a política de Segurança Pública e o Serviço Social.

A aproximação com tal temática ocorreu como decorrência da participação da presente autora no estágio obrigatório em Serviço Social no 2º Batalhão da Polícia Militar, de onde partiu o interesse em analisar a concepção dos discentes a respeito da política de Segurança Pública.

O presente estudo envolveu uma pesquisa de campo, de cunho *explicativo*, a qual permite aprofundar o conhecimento da realidade dos sujeitos, posto que “têm como propósito

identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos”. (GIL, 2010, p. 28).

O enfoque da pesquisa ocorreu através da abordagem qualitativa que permite desvelar a realidade de uma dada situação a partir da interpretação das ações dos sujeitos dentro dessa realidade na qual estão inseridos, sob a perspectiva do referencial dialético-crítico, uma vez que

Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações. [...] Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições, etc., que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nesta matriz o ponto de partida é aceitar os fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Trata-se, portanto, de um conhecimento que não é manipulador e que apreende a realidade em seu movimento contraditório. (YAZBEK, 2009, p. 150-151).

Os sujeitos da pesquisa foram as discentes concluintes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, situado no município de Campina Grande. A proposta inicial da amostra era de entrevistar 10 sujeitos. Porém, em decorrência de problemas técnicos os quais poderiam trazer implicações éticas em relação à garantia do anonimato, o referido trabalho contou com 8 sujeitos entrevistados<sup>2</sup>. Neste sentido, a abordagem foi equivalente a 33,76% das discentes concluintes do curso de Serviço Social, onde foram entrevistados 3 que estudam no turno matutino e 5 do turno noturno, por meio de entrevista semi-estruturada (gravada).

Na coleta de dados utilizou-se um gravador (MP4 Player) como forma de viabilizar a captação da fala dos sujeitos, mediante o consentimento deles. Para analisar os dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

Destaque-se que o estudo se encontra em conformidade com o que preconiza a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, considerando as questões éticas como valores centrais a serem respeitados, cujas bases de tal Resolução contêm diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas que envolvem seres humanos. Assim, foi garantido, aos entrevistados, o esclarecimento acerca dos objetivos do trabalho, assegurando-se-lhes o sigilo das informações coletadas, bem como o anonimato e o acesso aos resultados da pesquisa.

A referida Resolução regulamenta a pesquisa destacando aspectos imprescindíveis no tocante à defesa dos direitos humanos dos sujeitos envolvidos no estudo. Neste sentido,

---

<sup>2</sup>Por ser dos 8 sujeitos da amostra, 7 do gênero feminino, optamos por referenciá-los de modo generalizado ao predominate, ou seja, todos os entrevistados são do gênero feminino.

levou-se em consideração a importância do consentimento livre e esclarecido, a confiabilidade das informações, justiça e equidade, entre outros.

Antes, e no decorrer da realização da pesquisa de campo, houveram algumas dificuldades. A primeira, diz respeito ao tempo (cerca de 34 dias) que o referido Comitê levou para conceder a aprovação do Projeto (geralmente o Comitê estabelece o prazo de até 24 dias para conceder parecer a projetos por ele apreciados).

Com a aprovação do referido Comitê, iniciou-se a pesquisa. A pesquisa demandou quase um mês (de 09 de junho a 04 de julho de 2014), lapso no qual foi possível entrevistar todas as participantes, em razão de feriados, final de período e, mesmo quando os discentes estavam na instituição, às vezes, o tempo era exíguo, dadas as dificuldades que tinham para dispor-se à entrevista, porque estavam muitas vezes em aula, apresentando seminário, fazendo trabalhos, provas etc.

Tais fatos, que também contribuíram para o atraso da coleta de dados, segundo o cronograma proposto no Projeto de Pesquisa, não comprometeu, todavia, a análise do rico arsenal de informações, gentilmente concedido por esta parcela de precípua relevância à Universidade Estadual da Paraíba: os discentes do curso de Serviço Social.

O presente trabalho compõe-se desta *Introdução*, na qual se pontua a relevância e a escolha da temática. O capítulo 2 apresenta a discussão sobre a crise contemporânea e às transformações no sistema capitalista, entendidas como processos que determinam as mudanças societárias em curso, como também a nova pedagogia da hegemonia, configurando uma nova dimensão educativa do Estado capitalista. Discutir-se-á, ainda, a política de Segurança Pública no Brasil.

No capítulo 3 estão algumas considerações sobre a institucionalização do Serviço Social como profissão, bem como o processo de renovação do Serviço Social, apresentando as direções assumidas por ele, como também a relação do Serviço Social com a política de Segurança Pública.

No capítulo 4, serão apresentados e analisados os dados coletados durante a pesquisa, através da exposição do perfil dos entrevistados e, em seguida, serão desenvolvidos nossos comentários sobre as reflexões despertadas durante a realização da referida pesquisa.

Nas *Considerações finais*, ressaltam-se os pontos relevantes do trabalho, bem como o posicionamento adotado, neste trabalho, acerca da temática em tela.

## 2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM DEBATE

Neste capítulo, discutir-se-á a crise contemporânea e às transformações no sistema capitalista, entendidas como processos que determinam as mudanças societárias em curso, como também a nova pedagogia da hegemonia, configurando uma nova dimensão educativa do Estado capitalista. Discutir-se-á, ainda, a política de Segurança Pública no Brasil.

### 2.1 SISTEMA CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE: SUBSÍDIOS PARA A REFLEXÃO

Para compreender as mudanças na dinâmica capitalista é necessário reconhecer o significado histórico das crises em seu desenvolvimento. Sejam elas classificadas como crises *econômicas*<sup>3</sup>, como faz Marx, no livro III de O Capital, sejam elas também concebidas como crises *orgânicas*, em sua dinâmica política, o fato é que elas são inelimináveis e inerentes ao sistema capitalista.

Segundo Rubin (1980, p.31), as crises são “hiatos dentro do processo de reprodução social”. Através delas o capital se recicla, ao reorganizar suas estratégias de produção e reprodução social. Pode-se dizer que as crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que, diante dos esquemas de reprodução ampliada do capital, a emergência delas é uma tendência sempre presente. (MOTA, 1995).

As crises representam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro. Quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que os estoques de mais-valia não asseguram o fim capitalista. Portanto, não basta apenas produzir mercadorias. Elas precisam ser transformadas em dinheiro, para assim retornarem ao ciclo de acumulação do capital.

---

<sup>3</sup> Na investigação de Marx, a explicação das crises está relacionada com a lei tendencial da queda das taxas de lucro, expressão concreta das contradições do modo capitalista de produção e cuja equação pode ser sinteticamente resumida nos seguintes termos: a produção da mais-valia (quantidade de trabalho excedente materializado em mercadorias e extorquido no processo de trabalho) é apenas o primeiro ato do processo produtivo. O segundo ato é a venda dessas mercadorias que contém mais-valia. Como não são idênticas as condições de produção da mais-valia com as da sua realização, a possibilidade de descompassos entre esses dois momentos cria as bases objetivas para o surgimento de crises (MOTA, 1995).

As crises são expressas através das reduções operacionais, acúmulo de mercadorias estocadas, redução da produção, queda de preços, aumento do desemprego etc. Suas causas podem ser as mais variadas, tais como: anarquia da produção, concorrência intercapitalista, queda das taxas de lucro, subconsumo da massa, entre outros fatores. Elas revelam as contradições do sistema capitalista, entre elas, a contradição fundamental: a produção socializada e a apropriação privada da riqueza.

Sobre o tema, Netto e Braz (2006, p.162) afirmam que

[...] as crises são funcionais ao modo de produção capitalista, constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, a sua continuidade.

Portanto, as crises não vão ocasionar, necessariamente, uma derrocada do capitalismo. Elas deflagram um período de acirramento das contradições do sistema que afetam, em especial, o ambiente político e as relações de força entre as classes.

Vale lembrar que os impactos da crise apresentam-se diferenciados para os trabalhadores e capitalistas. Para os capitalistas, trata-se do seu poder ameaçado; para os trabalhadores, a submissão intensificada. Estes últimos são afetados pelas condições do mercado de trabalho, aumento do desemprego, perdas salariais, crescimento do exército industrial de reserva, enfraquecimento das lutas e do poder organizativo, etc.

Esta dinâmica de crise também vai implicar o redirecionamento da intervenção do Estado, o qual institui novas formas de intervenção relativas ao sistema de proteção social, legislação trabalhista e sindical, além daquelas vinculadas à política econômica. Portanto, redefine-se as relações entre Estado, sociedade e mercado, determinando medidas de ajuste econômico, que continuem garantindo a acumulação capitalista.

O período do segundo pós-guerra (estendendo-se de 1945 até início dos anos 1970) nos países centrais foi marcado por uma expansão do capitalismo, caracterizada por altas taxas de lucro, ampliação de empregos e forte intervenção do Estado. Este período foi definido como fordista-keynesiano (HARVEY, 1995). Suas características foram de uma intensa centralização, concentração e expansão de capitais, cujo desenvolvimento das forças produtivas, mediante os avanços tecnológicos, permitiu o aumento da produtividade do trabalho e da produção de mercadorias. Para tanto, foi necessário o amparo político, como:

- a) A intervenção do Estado criou mecanismos estatais voltados para a reprodução ampliada dos trabalhadores, socializando com o patronato parte dos custos da reprodução da força de trabalho;
- b) A construção do pacto fordista-keynesiano (BIRH, 1998) marcado por mobilizações sindicais e partidárias dos trabalhadores que, em torno das reivindicações, pressionaram o capital para o atendimento de parte de suas necessidades, operando mudanças nas legislações trabalhistas e nas medidas de proteção social.

Esta junção de fatores foi responsável pela constituição do *Welfare State*<sup>4</sup>, que se tornou um dos principais pilares de sustentação da fase expansiva do capital, de modo que a incorporação dessas demandas se fez através da constituição de políticas econômicas e sociais, o que favoreceu a ampliação do consumo por parte dos trabalhadores: ao tempo em que se tinha o atendimento de algumas necessidades sociais via políticas sociais, a ação estatal permitia a liberação de salários e o conseqüente aumento do consumo de mercadorias, criando as condições para o surgimento da produção e consumo em massa, típicos do regime fordista de produção<sup>5</sup>.

Estava posto, portanto, o chamado pacto fordista-keynesiano, ou seja, a incorporação das demandas trabalhistas, o aumento da produção e do consumo e o estabelecimento da relação entre Estado, capital e trabalho.

---

<sup>4</sup> Os princípios que estruturam o *Welfare State*, segundo Mishra (1995), são aqueles apontados no Plano Beveridge (No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios) (BEVERIDGE, 1943; CASTEL, 1998): 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

<sup>5</sup> Para Harvey (1993), a data inicial do fordismo se deu no ano de 1914, quando Henry Ford implantou uma jornada de trabalho de oito horas diárias, dando uma gratificação para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros. A forma corporativa de organização de negócios já vinha ganhando seu espaço desde o século XIX com a construção das estradas de ferro, as fusões e formações de trustes e cartéis entre as empresas. Ford acrescentou a esses fatores a racionalização de velhas tecnologias, uma rígida divisão do trabalho, colocando os trabalhadores em posição fixa, e com isso obtendo grande produtividade e lucros. As oito horas de trabalho diários fazia com que os trabalhadores tivessem mais tempo para o lazer e a prática. Assim, os trabalhadores gastariam toda a renda obtida com o trabalho em produtos industrializados, no lazer, no turismo, retornando toda essa renda para o próprio capitalista, aumento a produção de lucros. Portanto, o que havia de novo em Ford era sua perspectiva de combinar produção em massa com consumo de massa, o que pressupunha um novo sistema de reprodução da força de trabalho, bem como “uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. (HARVEY, 1993, p. 121).

Diferentemente da trajetória que determinou o *Welfare State* nos países centrais, o desenvolvimentismo no Brasil foi resultado de um processo de modernização conservadora que consolidou a industrialização e o crescimento econômico, mas que não redistribuiu os resultados dessa expansão com a maioria da população trabalhadora.

Merece ser ressaltada, portanto, a inexistência da experiência *welfareana* no Brasil, apesar da criação de algumas políticas de proteção social, instituídas a partir dos anos 1940, mas somente redefinidas nos anos 1980, quando se instituem as bases formais e legais do que poderia vir a ser um Estado de Bem-Estar Social, na Constituição Federal de 1988 (MOTA, 2006).

A incorporação plena das economias periféricas ao processo de reprodução ampliada do capital ocorreu nos anos 1970 do século XX, quando os países (então chamados subdesenvolvidos) transformam-se em campo de investimentos produtivos. Aos Estados nacionais coube a continuidade do papel de investidor no desenvolvimento econômico, propiciando uma base produtiva graças ao apelo ao crédito externo para o financiamento dela e de sua expansão. Essa situação se reverte na década seguinte, quando se inicia a crise da dívida externa, obrigando os países a exportar capitais para o pagamento de empréstimos recebidos e redefinirem suas estratégias de acumulação.

O fato é que os anos que se seguiram à década de 1980 foram palco de uma reestruturação capitalista, assentado em um duplo movimento: reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho. A ofensiva ideopolítica necessária à construção da hegemonia do grande capital, evidenciada na emergência de um novo imperialismo e de uma nova fase do capitalismo, marcada pela acumulação com predomínio rentista. (HARVEY, 2004).

Dirigido pela ofensiva neoliberal, a ação sócio-reguladora do Estado se retraiu, fragmentando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas limitando sua responsabilidade social. A classe trabalhadora também foi atingida pelos processos de privatização através da venda de empresas estatais, seguida da mercantilização de serviços sociais, tais como os de saúde, previdência, educação, saneamento, habitação, etc.

Do ponto de vista macroeconômico, a neoliberalização operou importantes mudanças no âmbito econômico, envolvendo principalmente aspectos monetários e financeiros.

A partir de 1980, por meio da adoção de políticas desreguladoras iniciadas pelos governos anglo-saxões, a finança acabou se expandindo e afetando o conjunto da economia

mundial. Ganhou espaço a acumulação por espoliação, ou seja, a abertura de mercado em todo o mundo, através das pressões exercidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC), que estimulam a aplicação de excedentes ociosos do capital em países periféricos, onde jorram remessas de lucros. No início dos anos 1990, o processo de financeirização se aprofundou, permitindo a acumulação, por parte dos investidores privados, de riquezas da ordem de US\$ 3 a 4 trilhões diários. (FIORI, 2000).

No âmbito das relações e dos processos de trabalho ocorreram mudanças substantivas, seja através da reedição de antigas formas de exploração, como trabalho em domicílio, instituindo novos processos de trabalho e novas formas de cooperação, as quais se incluem e se ajustam num mesmo processo de atividades que envolvem altas tecnologias, superespecialização e precarização.

A transformação mais referenciada deu no âmbito da tecnologia, no que tange a eletroeletrônica e a biotecnologia. Acrescentem-se, a esse contexto, as novidades advindas da microeletrônica computacional, da telecomunicação e da engenharia genética. Outra importante transformação se deu em relação ao trabalho, tendo em vista o desemprego, a desaceleração do crescimento e a reestruturação produtiva. Enquanto o operariado fabril clássico declinava, crescia o número de trabalhadores precarizados e subcontratados. O trabalho precarizado chegou, no final do século XX, à cifra de 1 bilhão de trabalhadores, ou um terço da população economicamente ativa no mundo. (FIORI, 2000).

Nesse contexto, as dimensões política e ideológica também sofreram profundas transformações. Tendo em vista que o neoliberalismo propõe que o bem-estar humano possa ser promovido, o papel do Estado se altera significativamente, objetivando

[...] criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e leis requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2008, p. 12).

Portanto, trata-se de construir um novo trabalho, mantendo a parte nobre da produção nos países centrais, ao passo em que, nos países periféricos, cabe mão-de-obra barata, heterogeneidade nos processos de trabalho, desproteção das leis trabalhistas, etc.

É nesse marco que se dá a integração do Brasil à ordem econômica mundial, em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, sob o imperativo do capital financeiro e do

neoliberalismo. Tal reordenamento se traduziu em medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, numa conjuntura de crescimento da pobreza, desemprego, enfraquecimento do movimento sindical, resultando uma “neutralidade” frente aos avanços conquistados pelas classes trabalhadoras.

No referido país, o processo de reestruturação produtiva teve início ainda na década de 1980 com a informatização produtiva, os programas de qualidade total e a implantação de métodos de gestão participativa. Segundo Antunes (2006, p.16), inicialmente ela é marcada pela redução dos postos de trabalho e pelo aumento da produtividade que dependeram da reorganização da produção, da intensificação da jornada de trabalho, do surgimento dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e dos sistemas de produção *just-in-time*.

Nos anos 1990, ela se intensifica sob a égide da acumulação flexível e do toyotismo, quando a produtividade se intensifica pela implantação de formas diversas de subcontratação e terceirização da força de trabalho.

A produção em massa – que marcou o regime fordista –, cedeu lugar à seletividade, na qual são produzidos artigos de luxo, consumida por não mais de 30% da população mundial. Tornou-se inútil, portanto, uma parte da população destituída dos meios de produção e da condição de vendedores da força de trabalho. Essa população excedente se transformou no foco das políticas de transferência de renda<sup>6</sup> e ingressa mesmo nos mercados consumidores.

Com o intuito de intensificar a extração da mais-valia, bem como o barateamento da força de trabalho, o atual padrão de acumulação capitalista tem desenvolvido mecanismos de desvalorização da força de trabalho, objetivando incrementar superlucros. Trata-se de um movimento aparentemente contraditório, ao passo que determina a expulsão dos trabalhadores da produção de mercadorias, comotambém ocasiona a inserção precarizada dessa força de trabalho em novos processos combinados de trabalho, os quais são conceituados de trabalhadores informais, temporários etc.

Esses trabalhadores integram a superpopulação flutuante e estagnada a que se referiu Marx ao tratar sobre a Lei Geral da Acumulação (MARX, 2008), cuja função econômica é empurrar os salários dos trabalhadores para baixo. Contudo, na atualidade, essa

---

<sup>6</sup> Um exemplo dessas políticas de transferência de renda é o programa Bolsa Família. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação dos 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O programa em tela possui 03 eixos principais: a transferência de renda que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades que visam a reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 20 maio 2014.

superpopulação é refuncionalizada, tornando-se peça chave da acumulação por espoliação. Os países periféricos tornam-se verdadeiros reservatórios de força de trabalho barata e precária para as organizações transnacionais.

É inegável que as transformações operadas no interior da produção capitalista desde o final dos anos 1970 operaram mudanças significativas nos processos e nas condições de milhares de trabalhadores, resultando na acumulação e concentração da riqueza na mão de poucos, a ampliação do desemprego, precarização do trabalho e o agravamento da pobreza.

A ofensiva neoliberal para assegurar a reprodução deste processo passa pela chamada reforma do Estado e pela redefinição de iniciativas, as quais, conduzidas pela burguesia, passam a estabelecer novos parâmetros na relação entre o capital, o trabalho e destes com o Estado.

Essa reforma busca, entre outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão-consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social e a classe trabalhadora em sócio dos grandes negócios. (MOTA, 2006).

Nesse contexto, uma das maiores perdas para os trabalhadores foi o comprometimento do seu potencial político-organizativo. Este comprometimento se deveu a diversos fatores, entre eles, as novas práticas de gestão da força de trabalho, terceirizações, compra de serviços, trabalho em domicílio etc.

A estas práticas, soma-se a progressiva expansão do exército industrial de reserva, cuja formação seja por desempregados temporários ou permanentes, engrossa as fileiras dos postos de trabalho disponíveis, dispostos a assumir qualquer tipo de emprego, o que favorece o rebaixamento salarial e as diversas formas de precarização.

A partir da análise da realidade brasileira nas últimas décadas, é possível verificar que as relações capitalistas foram mantidas e até mesmo se intensificaram, de modo que as mudanças ocorridas nessas relações são apenas expressão, no plano geral, da fase mais intensa da dinâmica capitalista radicalizada pela financeirização da economia (CHESNAIS, 2005) e, no plano específico, pela consolidação da nova pedagogia da hegemonia. (NEVES, 2010).

A nova pedagogia da hegemonia se materializou com ações efetivas no aparelho do Estado e da sociedade civil, no final do século XX e início do século XXI, configurando uma nova dimensão educativa do Estado capitalista. Sua principal característica é assegurar que o exercício da dominação de classe seja viabilizada por meio de processos educativos positivos e sua efetividade se justifica pela legitimação de iniciativas políticas de organizações e pessoas, baseadas na compreensão de que o Estado não pode se fazer presente a toda hora e

em todo lugar, tornando-se necessário que cada cidadão se torne responsável pela mudança política e pela definição de formas alternativas de ação social.

Trata-se, portanto, de um intenso processo de mudança de concepções e práticas ordenadas pela repolitização, ao envolver todo o tecido social. Segundo Neves (2010), por repolitização entende-se a redefinição da participação política no contexto democrático no final do século XX e início do século XXI, voltados para o fortalecimento da coesão social nos moldes do projeto neoliberal da Terceira Via.

Por sua vez, a Terceira Via é entendida como um projeto político concebido em meados dos anos 1990, em função dos efeitos negativos do neoliberalismo e da social-democracia europeia. Também conhecido por “social-liberalismo”, tal projeto “mantém as premissas básicas do neoliberalismo em associação aos elementos centrais do reformismo social-democrata”. (MARTINS; LIMA, 2005, p. 43).

A ideia estratégica da Terceira Via é a de suprimir os conflitos dos primeiros regimes de direita radical (Thatcher e Reagan<sup>7</sup>), eliminando a oposição ainda existente à hegemonia neoliberal, ou seja,

[...] para que a social-democracia europeia seja extinta, os governos de centro-esquerda (que se inspiram na Terceira Via) são indispensáveis; [...] poderíamos dizer que a Terceira Via é, hoje, a concha ideológica mais adequada ao neoliberalismo. (ANDERSON, 2000, p. 13).

Tanto na doutrina neoliberal como na Terceira Via, o Estado deixa de ser o responsável direto pela execução das políticas sociais, mas, enquanto o neoliberalismo defende a privatização e passa essa responsabilidade para o mercado, a Terceira Via repassa a responsabilidade para organizações da sociedade civil ao criar o conceito de “público não-estatal<sup>8</sup>”, na passagem de um Estado de bem-estar social para uma sociedade de bem-estar social.

---

<sup>7</sup> Desde a primeira hora e da forma mais agressiva, o governo Thatcher traduziu a ofensiva do capital como programa político, atacando o movimento sindical, os direitos sociais e todo tipo de política econômica de inspiração keynesiana ou social-democrata [...]. Na mesma linha seguiu o governo Reagan, com o objetivo de restaurar e reconfigurar o poder de classe dos capitalistas no âmbito doméstico [...]. Para essa nova direita, a política social do capitalismo nos anos cinquenta e sessenta havia criado uma espécie de socialismo. (PEREIRA, 2009, p. 163).

<sup>8</sup> O pressuposto do público não-estatal é de que o Estado é burocrático, ineficiente e ineficaz na execução de serviços públicos como a educação, saúde, deixando o setor privado encarregado de oferecer tais serviços, para o qual recebe recursos estatais. Como se trata de um serviço para grandes contingentes populacionais, convencionou-se chamar de “público”; e já que é executado pelo setor privado supostamente sem fins lucrativos (confessional, filantrópico ou comunitário).

Dentre as práticas utilizadas pelo Estado neoliberal, destacam-se: a interferência na legislação e em estruturas regulatórias que venham a privilegiar interesses específicos; o Estado intervindo na relação público-privado; a multiplicidade das maneiras de “vigiar e punir” voltadas à classe trabalhadora; o fato de o Estado proteger os interesses corporativos. Como aponta Harvey (2008, p. 81),

[...] em caso de conflito, o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente. [...] em caso de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental.

Assim sendo, fica evidente que a hegemonia neoliberal se efetivou no aperfeiçoamento de estratégias políticas concentradas fundamentalmente na formação de uma nova subjetividade coletiva que resultou numa nova sociabilidade. Tal cenário consubstanciou-se a partir de uma intervenção presente em todos os níveis da escolarização, com destaque para a formação de um novo tipo de intelectual.

A influência do ideário neoliberal se amplia, passando a estar presente no senso comum (vida cotidiana, lazer, mídias); na política, por meio de novos e ampliados aparelhos da hegemonia; e na educação escolar (educação básica, ensino superior, pós-graduação).

Enquanto a neoliberalização dos países centrais embasou-se na criação do consenso em torno dos seus princípios doutrinários, nos países da periferia, em especial na América Latina, esse processo teve início mais tardio e violento, de acordo com as especificidades das diferentes formações sociais.

Se, na década de 1960, como afirma Hobsbawm (1995, p. 424), “o Terceiro Mundo [...] se tornava o pilar central da esperança e fé dos que acreditavam na revolução social”, essa desordem nos países periféricos seria progressivamente esmagada nas décadas posteriores e, em muitos casos, de forma sangrenta. Sucedeu-se uma série de golpes de Estado e/ou intervenções militares diretas dos Estados Unidos com o objetivo imediato de retomar o controle da região perante a ameaça comunista e, em longo prazo, promover reformas econômicas estruturais que levassem à neoliberalização<sup>9</sup>. (HARVEY, 2008).

---

<sup>9</sup> “Como se instaurou a neoliberalização e quem o fez? A resposta em países como o Chile e a Argentina, nos anos 1970, foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano), seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçaram seu poder” (HARVEY, 2008, p. 49).

A instauração de regimes militares na América Latina, com forte apoio empresarial, baseados na doutrina da segurança nacional, representava o sucesso da estratégia desenvolvida pelos Estados Unidos, que incluiu programas de capacitação para oficiais militares latino-americanos e estadunidenses, além da modernização da máquina de guerra para o confronto com o inimigo externo.

Segundo Cockcroft (2004), entre 1961 e 1975, o governo dos Estados Unidos treinou mais de 70 mil militares latino-americanos, entre os quais 8 ditadores, e enviou armas, para a região, no valor de US\$ 2,5 bilhões.

Ao mesmo tempo, as ditaduras militares instauradas no Chile (1973) e na Argentina (1976), transformaram-se em verdadeiros laboratórios, constituindo as primeiras experiências nacionais sustentadas pela neoliberalização do mundo. A via autoritária permitiu, nesses países, a implantação de um conjunto de políticas econômicas baseadas na reforma do Estado, o ajuste fiscal, privatizações e abertura internacional ao mercado de capitais sustentadas por volumosos empréstimos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Por fim, fica evidente como o projeto político da Terceira Via anuncia a chegada de um novo mundo e que, de maneiras distintas, oferecem substrato teórico-metodológico à difusão da nova pedagogia da hegemonia e contribuem para a formação em diferentes níveis, dos intelectuais orgânicos.

O Estado Burguês dispõe de mecanismos e instituições coercitivos, que são acionados quando se faz necessária a manutenção da ordem social. Mecanismos que vão desde a propagação de sua ideologia nos diversos espaços da sociedade, até o uso da força física, ao ponto de interferir na realidade social, positivados em forma de lei e normas jurídicas.

Os processos de criminalização de diversas práticas sociais, consideradas “impróprias” à determinada ordem, visam a exercer um controle sobre determinadas classes e segmentos populacionais, o que requer necessariamente a mobilização dos mecanismos coercitivos do Estado. A “onda punitiva” da “Política de Tolerância Zero<sup>10</sup>” (WACQUANT, 2007) é uma

---

<sup>10</sup> De Nova York, a doutrina da “tolerância zero”, instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda – a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência –, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da “guerra” ao crime e da “reconquista” do espaço público, que assemelha os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros – o que facilita o amálgama com a imaginação, sempre rendoso eleitoralmente. [...] Esse tema proporciona aos políticos de cada um dos países importadores a oportunidade de dar ares de “modernidade” à paradoxal piraeta retórica que lhes permite reafirmar com pouco prejuízo a determinação do Estado em punir os “distúrbios” e, ao mesmo tempo, insentir esse mesmo Estado de suas responsabilidades na gênese *social e econômica* da insegurança para chamar à responsabilidade *individual* os habitantes das zonas “incivilizadas”, a quem incumbiria doravante exercer por si mesmos um controle social próximo. (WACQUANT, 2011, p.38).

expressão fundamental da afirmação do neoliberalismo, do processo de retração de direitos. A criminalização dos pobres se converte em uma das principais formas de controle da questão social diante do cenário contemporâneo.

A criminalização da pobreza passou por um processo de disputa entre grupos políticos com posições políticas distintas. Por um lado, existe a perspectiva que analisa a questão social concebida como produto dos conflitos capital x trabalho; de outro, a tendência que interpreta a questão social como produto das escolhas individuais.

A “naturalização” da questão social, segundo Ianni (TAVARES, 2007, p.136), implica “[...] um denso processo de criminalização que afeta os grupos e classes sociais subalternas. Ora, ao que tudo indica, a criminalização se resolve via punição/repressão.”

No processo de reformas neoliberais, as velhas práticas de “psicologização do social” são retomadas levando, segundo Iamamoto, ao

[...] risco de cair na pulverização de inúmeras “questões sociais”, onde as famílias e os indivíduos são culpabilizados pela situação de empobrecimento vivenciada, levando a perda da “dimensão coletiva e o recorte de classe da questão social, isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais. (IAMAMOTO, 2008, p.162).

Nesse contexto, surge a discussão em relação à “nova questão social<sup>11</sup>”, principalmente em relação “[à] necessidade de enfrentamento da mesma no marco das transformações em curso na sociedade contemporânea”. (TAVARES, 2007, p.124).

O poder de interferir e decidir sobre a vida das pessoas, de outras instituições, de populações ou até mesmo de países, a partir do uso da força física ou da lei, confere a tais instituições características de *violadoras* de direitos, mesmo quando o discurso que as legitima é o da *garantia* dos direitos.

Tais mudanças, ocorridas no modo de produção e reprodução social vigente, repercutem nas diversas políticas sociais, conforme exposto. Diante das reflexões, discutir-se-á, no próximo item, o desenvolvimento da política de Segurança Pública.

---

<sup>11</sup> Segundo Tavares (2007), a “nova questão social” é na verdade uma velha dominação capitalista que, sob novas roupagens, subordina mundialmente as necessidades dos trabalhadores ao capital.

## 2.2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A Segurança Pública vem tendo diversos desdobramentos ao longo dos anos no país. Desde a Colonização, a preocupação da Província Portuguesa voltava-se para a defesa de seu território.

Com o passar dos anos (mais precisamente, em 1831), criam-se as Guardas Municipais de Voluntários. No entanto e em virtude do avanço da sociedade e do aparato que envolve a questão da segurança, conforme destaca Lima (2000, apud ARAÚJO, 2010), através da Constituição Federal de 1947, aquelas foram denominadas de Polícias Militares (LIMA, 2000 apud ARAÚJO, 2010).

A institucionalização da Polícia Militar, em 1947, trouxe uma nova roupagem do conceito de segurança: não mais aquela pautada na defesa do território, mas na manutenção de ordem pública a fim de defender o direito individual da população, bem como prevenir o avanço da criminalidade e da violência. (ARAÚJO, 2001).

Contudo, faz-se necessário uma ressalva no que tange a esse novo modelo de segurança, haja vista que ela está intrinsecamente relacionada às múltiplas expressões da questão social. Diante de um contexto de agudização (NETTO, 2000) das expressões da questão social, proporcionada pelas transformações que sofre o sistema capitalista, o Policial Militar é um dos profissionais que trata diariamente com essas expressões, através do combate dos assaltos, sequestros, da disseminação das drogas, as quais são motivadas pela desigualdade inerente ao sistema vigente.

A questão social era tratada como caso de *polícia*, e desconsiderava o fato de estar em uma lógica macrossocial, decorrente do modo de produção vigente, o capitalista. Portanto, dentro desse contexto, em que a exploração do homem pelo homem se intensifica, evidencia-se uma enorme disparidade entre ricos e pobres (na qual os detentores dos meios de produção concentram a maior parcela da riqueza, ao passo que os trabalhadores apenas recebem o mínimo para prover os meios de subsistência), de maneira que há um crescimento dos riscos de vulnerabilidade social por parte da população menos favorecida.

Faz-se necessário destacar como se dava a relação da segurança com algumas expressões da questão social antes da institucionalização da Polícia Militar (em 1947), como também a introdução da nova ideia de segurança.

A partir das grandes mobilizações da classe operária, o debate sobre tal segmento social atravessou a sociedade e obrigou o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se

posicionarem sobre ela. A Igreja a encarou segundo os preceitos estabelecidos nas encíclicas papais (*Rerum Novarum e Quadragesimo Anno*, de 1891 e 1931, respectivamente). Para a Igreja, a “questão social” era uma questão moral e religiosa, sendo apreendida como manifestação de problemas individuais, passíveis de controle através de uma atividade reformadora de caráter.

As encíclicas não são disposições de caráter legal a ser cumpridas sob coação. Elas se põem como programas gerais de ação que contam com o aval da estrutura orgânica da Igreja. A sua interpretação e uso concreto estão, portanto, referidos à sua situação imperante em cada meio particular, onde a pertinência de sua mensagem é confrontada com o movimento da realidade (CASTRO, 1993, p. 54).

Com as relações econômicas, fomentou-se o entendimento da questão social como expressão da contradição capital x trabalho no interior do processo de industrialização capitalista. Em princípio, ela não tinha visibilidade por parte da classe dominante, que buscava ocultá-la através dos aparelhos repressivos do Estado. (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Nesse sentido, coube ao Estado garantir segurança à população, de maneira que houvesse uma convivência “harmoniosa” entre os indivíduos, onde eles pudessem usufruir dos seus direitos longe dos perigos advindos da criminalidade.

A intervenção do Estado na questão social é legítima, já que ele deve servir ao bem comum. O Estado, portanto, deveria preservar e regular a propriedade privada, impor limites aos excessos de exploração da força de trabalho e, ainda, garantir os direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo.

Dessa maneira, cabe destacar quais foram os paradigmas, ao longo dos anos, que nortearam a questão da Segurança no Brasil, bem como os objetivos contidos neles.

O primeiro paradigma utilizado foi o da Segurança Nacional. Este por sua vez foi adotado no Brasil durante o período da ditadura militar (1964-1985), em que eram priorizadas a defesa do Estado e a ordem política e social. Este processo se iniciou pela tomada do poder pelas Forças Armadas e pela instauração de um regime no qual o presidente detinha uma grande soma de poderes. O período caracterizou-se pela supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão a qualquer manifestação contrária ao regime militar<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Para aprofundamento deste contexto, o leitor poderá recorrer ao fecundo estudo de Netto (2009), em especial, o capítulo 1.

A base para a atuação do Estado na área de segurança, no período, fundamentava-se na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pela Escola Superior de Guerra (OLIVEIRA, 1976). Esta doutrina foi moldada em torno do conceito de Segurança Nacional, definida então como a habilidade de um Estado garantir, em determinada época, a obtenção e manutenção de seus objetivos nacionais, apesar dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais.

Dessa forma, o conceito de Defesa Nacional estava intimamente associado à defesa do Estado, e este princípio foi expresso na Constituição promulgada pelo regime militar, em 1967. A emenda constitucional de 1969 acrescentou, a esse princípio, notável destaque para as Forças Armadas, com o argumento de que eram essenciais à execução da política de Segurança Nacional, às quais cabia promover a obtenção e salvaguarda dos objetivos nacionais.

A ameaça à segurança aqui é vista como tudo aquilo que atenta contra o Estado e contra os interesses nacionais, intimamente associados aos interesses daqueles que estão no poder.

Para a preservação dos interesses nacionais e a eliminação de atos percebidos como ameaça ao Estado, justifica-se a adoção de qualquer meio mesmo aqueles que demandem a violação de direitos e até mesmo o desrespeito à vida humana. Assim, a atuação do Estado é incisivamente repressiva, por meio das Forças Armadas e de órgãos criados para este fim.

Com o fim da ditadura militar, promulgou-se a Constituição Federal de 1988, a qual inovou em relação ao paradigma da Segurança Nacional, quando destaca que a Segurança Pública é dever do Estado e responsabilidade e direito dos cidadãos. O artigo 144 estabelece que

A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V- polícias militares e corpo de bombeiros militares. (BRASIL, 2011, p. 43).

Destaca-se, também, a nova ênfase dada pela Lei Magna no que diz respeito à política de Segurança Pública, ressaltando o papel do cidadão na formulação e controle das políticas públicas, além de responsabilizar o Estado pela provisão da Segurança Pública, por meio das polícias civis e militares.

Segundo Cristino (2008), mesmo levando em consideração a abertura política promovida pela Constituição Federalvigente, a qual teve como braço forte, os movimentos sociais (que nessa época estavam em efervescência), houve a legitimação de garantias sequer questionadas na época, de maneira que se tornou imprescindível a sua implementação. (TAVEIRA, 2012).

Entretanto, decorre do período militar a concepção segundo a qual, até os dias de hoje, os órgãos que compõe a Segurança Pública são eminentemente repressivos e opressores. Tal concepção de segurança, ainda tão presente na sociedade, nos remete àquele período histórico no país no qual as expressões da questão social eram tratadas como caso de polícia e não de política.

Outro paradigma levantado por Freire (2009) refere-se à política de Segurança Cidadã, a qual tem por objetivo a junção de instituições públicas com a sociedade civil, na área da educação, saúde, lazer, esporte, cultura, implementando ações voltadas para a diminuição dos índices de violência. Conforme expressa Freire (2000, p. 105),

O conceito de Segurança Cidadã parte da natureza multicausal da violência e, nesse sentido, defende a atuação tanto no espectro do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Dessa forma, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações.

A partir da década de 1990, com vistas a reduzir o nível da violência, a questão da Segurança Pública passou a ser vista como um problema fundamental e desafio para o Estado. Foram tomadas algumas medidas no setor em destaque. Entre elas, cabe destacar:

- Em 1995, foi instituída a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG), órgão direcionado à articulação de ações nacionais referentes à Segurança Pública;
- Em 1997, a SEPLANSEG foi transformada na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que ampliou suas competências e atribuições. (PRONASCI, 2007 apud CRISTIANO, 2008).

A SENASP tem o intuito assessorar o Ministro de Estado da Justiça na definição e implementação da Política Nacional de Segurança Pública, como também, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública (BRASIL, 2008).

No que tange aos programas na área de políticas públicas de segurança, a partir da realização da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993, o Brasil passou

a desenvolver ações relacionadas à elaboração de uma política de direitos humanos. Nesse sentido, destaca-se a inauguração do ciclo de conferências nacionais e a criação do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996.

No contexto de ampliação da discussão e da defesa dos direitos humanos, foram criados como demandas (inclusive para o Serviço Social), programas específicos para o enfrentamento das situações de ameaça e de risco, como o Programa de Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos Ameaçados de Morte (PPDDHAM) (CFESS/CRESS, 2014).

Após a ocorrência de fato de grande repercussão na mídia, no ano de 2000, como foi o sequestro do ônibus 174<sup>13</sup>, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, tomou duas importantes medidas para enfrentar a criminalidade.

A primeira, em 2000, com a criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), que tinha como principal objetivo articular ações repressivas e preventivas à criminalidade no país.

A segunda medida foi a elaboração do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), destinado a gerir recursos para apoiar projetos de responsabilidade nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Segundo Costa e Grossi (2007), a criação do FNSP aumentou consideravelmente os gastos federais com a referida política. De 1992 a 2005, o gasto subiu de 1,5 bilhões de reais para 3 bilhões, significando um aumento de 97,5%. Dessa maneira, ainda segundo os referidos autores, os gastos com Segurança Pública, em 2005, superaram as despesas com lazer (0,4 bilhões), cultura (0,5 bilhões), habitação (0,6 bilhões) e gestão ambiental (2 bilhões de reais).

De acordo com Bredarioli (2012), estima-se que o Brasil gaste o equivalente a R\$ 200 bilhões anuais para suprir os custos ocasionados pela violência no país. Este custo anual corresponde a 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Bredarioli (2012) destaca ainda que um cálculo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2010, apontou que, com segurança, o país gastou quase R\$ 50 bilhões em 2010, ao passo que, em 2003, esse gasto representava menos da metade (cerca de R\$ 22,6 bilhões).

---

<sup>13</sup> Para maiores esclarecimentos, o leitor poderá assistir ao Documentário “Ônibus 174”, direção de José Padilha, em 2002.

Segundo a referida autora, esse gasto econômico causado pelo aumento da violência atinge diretamente áreas como a saúde, o judiciário, o sistema prisional, o orçamento das famílias das vítimas e, indiretamente, a economia como um todo.

Os custos no sistema prisional são elevados, pois, para manter um presidiário, o Estado gasta em torno de R\$ 2 mil por mês. Existem cerca de 500 mil detentos no país e outros 160 mil à espera de vagas em presídios. Nesses termos, para alojar todos esses detentos, o Estado teria que desembolsar o equivalente a R\$ 8 bilhões. (BREDARIOLI, 2012).

Os dados expostos mostram a “preocupação” do governo com a Política de Segurança Pública. No entanto e, contraditoriamente, o aumento de gastos públicos com o referido setor não representou efetivamente a redução dos índices de criminalidade no país<sup>14</sup>.

Essa “preocupação” do Estado com a política de Segurança Pública no trato da violência é ineficiente, pois trata a criminalidade e a violência através do investimento em armas e do aumento do contingente policial. Portanto, esse investimento é ineficaz, já que atua no âmbito do imediatismo, no qual se percebe a atuação do PM, mediante o despreparo para lidar com situações que requerem atenção. Os recursos e investimentos na política preventiva de crimes são escassos. Essa realidade pode ser vista na atuação rotineira dos PM, mediante o despreparo para lidar com a comunidade ou até mesmo atividades que requer atenção, como a entrada nas favelas.

Todos esses fatores vão interferir no bom desempenho profissional. O Policial Militar é um profissional que lida diariamente com as múltiplas expressões da questão social, como também é um trabalhador precarizado, posto que sobrevive com baixos salários e chega a fazer “bicos” como segurança particular para complementar a renda. Isso se reflete, também, no pouco reconhecimento que têm perante as instituições policiais e, principalmente, pela própria sociedade, uma vez que são pressionados a não errar, falhar etc.

Os equipamentos de trabalho dos policiais não são suficientes para desenvolver uma boa atuação profissional diante do grande arsenal que possuem os criminosos assim como o aumento do contingente policial também não significará uma sociedade tranquila, livre da violência e da criminalidade.

---

<sup>14</sup> Um exemplo sobre este fato foi a crescente onda de violência registrada na região metropolitana de São Paulo e na capital do Estado, onde, de acordo com a Revista “Isto É Independente”, com base nos dados divulgados pela Secretaria Pública de São Paulo, “622 pessoas foram mortas na capital paulistana no primeiro semestre de 2012; o número é 21% superior ao registrado em 2011; 118 pessoas foram assassinadas no mês de junho, um aumento de 55% se comparado ao mesmo mês de 2011; 23.028 carros foram roubados nos primeiros seis meses do ano, o que representa um aumento de 23%” (COSTA, 2012). Desde o início de 2012, 92 PMs foram mortos no Estado de São Paulo.

A ausência do Estado através de políticas preventivas e combativas às drogas, à violência, ao crime, contribuiu para o surgimento de um poder paralelo ao poder do Estado, o poder do tráfico, da criminalidade que, nas favelas, passou a ser temido por uns e respeitado por outros.

Por outro lado, a proximidade de grandes eventos esportivos<sup>15</sup> pressionou o Estado a atuar e combater o crime. Nesta perspectiva, o governo, juntamente com os órgãos de Segurança Pública, iniciou em 2010 diversas ações para reprimir o tráfico, dentre elas as ocupações das grandes favelas do Rio de Janeiro, a exemplo das que formam o Complexo do Alemão e, posteriormente, a da Rocinha.

Diante dessas ações, a mídia teve papel fundamental para legitimar o Estado brasileiro perante a sociedade. São disseminadas notícias sobre o Estado, colocando-o como atuante, presente e preocupado com a segurança das pessoas que residem naquelas comunidades.

Sobre esse aspecto, Barroco (2011) revela a função ideológica do grande capital paramaquiar a realidade social e despolitizar a *questão social*. Segundo a autora,

A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (Chauí, 2000), a violência é naturalizada: tende a ser despolitizada, individualizada e tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal – veicula pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação – falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população à práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, o linchamento, a xenofobia (BARROCO, 2011, p. 208).

O projeto de infraestrutura do Rio para receber os próximos eventos esportivos revela uma realidade que não é mostrada, noticiada. Gastam-se milhões em construções deteleféricos, em projetos arquitetônicos nas favelas para atrair os turistas e por outro lado tem-se a população sendo removida de suas comunidades.

O que se assiste, no Rio de Janeiro, é a transferência de patrimônio público das famílias de baixa renda para projetos de interesse de setores econômicos privados. As remoções de famílias se caracterizam por promover processos de desapropriação urbana nos quais os

---

<sup>15</sup> Ressaltamos que o Brasil foi país sede da Copa do Mundo entre os meses de junho e julho do corrente ano, como também sediará as Olimpíadas, em 2016.

imóveis em posse das classes populares são adquiridos por outros agentes sociais econômicos a preços baixos através de processos de reurbanização, transformam em novosativos nos circuitos de valorização econômica, permitindo altos ganhos de capital<sup>16</sup>.

O que chama a atenção é que a população não foi consultada sobre essas obras, nem tampouco que teria que deixar suas casas “por livre e espontânea pressão”. Esses recebem o “aluguel social” no valor de R\$ 400,00 por mês.

Trata-se, portanto, de um projeto de cunho mercadológico, no qual os moradores, caso não venham a “aderir” a esse empreendimento, são tratados com desrespeito e, como sujeitos que não possuem quaisquer direitos, e que estão impedindo o “progresso” da cidade.

Na verdade, o que se procura é passar para os órgãos internacionais a imagem de um país seguro, onde o Estado detém o controle sobre a criminalidade. A mídia contribuiu nesse sentido, de apresentar ao mundo um país seguro, pacífico, de convivência agradável e, portanto, pronto para receber turistas de todas as partes do mundo.

Este ambiente de controle não se mascara por muito tempo. Um exemplo que endossa esta afirmação pode ser remetido ao mês de março de 2014, quando um policial foi morto na UPP Vila Cruzeiro no Complexo da Penha, atingido por um tiro na cabeça enquanto a equipe fazia patrulhamento na favela Parque Proletário e foi surpreendida por bandidos armados.

Esse fato contribuiu para mostrar a fragilidade da forma como foi implementada a pacificação das favelas do Rio e, principalmente, a fragilidade dos equipamentos utilizados pelos policiais que lidam cotidianamente com traficantes fortemente armados.

Por outro lado, reforça o direcionamento da Política de Segurança Pública voltado para medidas repressivas em detrimento de ações articuladas e intersetoriais que busquem prevenir a violência. (TAVEIRA, 2012).

De acordo com os preceitos previstos na Constituição Federal de 1988, existe desde 2007, e ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, um projeto de Lei nº 1.937/2007, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o qual organiza o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública de acordo com o inciso 7º do Art. 144 da CF 1988. (BRASIL, 2012).

A proposta do SUSP é garantir a Segurança Pública e os direitos fundamentais, individuais e coletivos do cidadão, onde a União será responsável pela coordenação e definição de regras gerais do sistema, os quais devem ser respeitados pelos Estados e pelo Distrito Federal. (BRASIL, 2012).

---

<sup>16</sup> Segue em anexo tabela ilustrativa a qual vem comprovar tal fato.

Os princípios do sistema acima citado são: proteção dos direitos humanos; respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade do cidadão; resolução pacífica de conflitos; uso proporcional da força; eficiência na prevenção e repressão das infrações penais; eficiência nas ações de prevenção e redução de desastres; e participação comunitária (BRASIL, 2012).

Algumas das ações do sistema em tela estão relacionadas à junção dos conteúdos dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais, integração dos órgãos e instituições de segurança pública, utilização de métodos e processos científicos em investigações. O sistema marca um novo estilo de conduzir a segurança e implementa um novo método de execução das ações de combate à violência e à criminalidade<sup>17</sup>.

O referido projeto trata de uma proposta que integra o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI), desenvolvido pelo Ministério da Justiça. O PRONASCI é direcionado à prevenção, controle e repressão da criminalidade, agindo em suas raízes socioculturais, além de articular ações de Segurança Pública com políticas sociais por meio da integração entre União, Estados e Municípios. As ações levarão em conta as diretrizes do SUSP (BRASIL, 2007).

O supracitado programa é formado por 94 ações que englobam a União, Estados, Municípios e a própria comunidade, com destaque para os seguintes projetos:

a) Bolsa-Formação: Os profissionais de Segurança Pública passaram a receber estímulos para estudar e atuar junto às comunidades. Policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda têm acesso a uma bolsa de até R\$ 400. Para ter direito ao benefício, o policial deve participar e ser aprovado em cursos de capacitação promovidos, credenciados ou reconhecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça;

b) Formação Policial: A qualificação das polícias inclui práticas de segurança – cidadã, como: a utilização de tecnologias não letais; técnicas de investigação; sistema de comando de incidentes; perícia de balística; DNA forense; medicina legal; direitos humanos; entre outros. Os cursos são oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), que envolve 66 universidades brasileiras, entre públicas e particulares, e ainda telecentros para educação à distância.

---

<sup>17</sup> Sobre o Curso de Formação de Soldados (CFSd) no estado da Paraíba, ver Pereira (2012).

c) Mulheres da Paz: O projeto capacita mulheres líderes das comunidades em temas como ética, direitos humanos e cidadania, para agirem como multiplicadores do Programa, tendo como incumbência aproximar os jovens com os quais o PRONASCI trabalha;

d) Projeto: Jovens bolsistas, em território de descoesão social, agem como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares, a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades;

e) Sistema Prisional: O objetivo do Governo Federal é separar os jovens entre 18 e 24 anos por faixa etária e natureza do delito e impedir aqueles que cometeram pequenas infrações de se contaminarem pela influência dos líderes do crime organizado. Além disso, as mulheres apenadas também são assistidas, com berçário e enfermaria. A reestruturação do sistema prisional envolve ações que visam à qualificação de agentes penitenciários e à formação profissional de presos;

f) Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública: Através do apoio da Caixa Econômica Federal são disponibilizadas unidades populares para servidores de baixa renda, que recebem até quatro salários mínimos e cartas de crédito para a compra da casa própria, no valor de até R\$ 50 mil, para aqueles que recebem R\$ 4,9 mil;

g) Ministérios e Secretarias Parceiras: O PRONASCI age em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas regiões em que há obras de urbanização para recuperação de espaços urbanos e melhoria da infra-estrutura nas comunidades. Outro exemplo é a parceria firmada com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, da Presidência da República, que busca ampliar, com o PRONASCI, o atendimento do Viva Voz, projeto que visa a orientar jovens e famílias em relação às drogas (BRASIL, 2007).

Enfim, o PRONASCI é apontado como um programa inovador pelos órgãos que compõe a Segurança Pública, como também pelo Governo Federal. Além das ações citadas acima, existem outras pautadas em políticas públicas e Políticas de Segurança que visam à participação da população.

### **3 TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Neste capítulo, haverá algumas considerações sobre a institucionalização do Serviço Social como profissão, bem como o processo de renovação do Serviço Social, apresentando as direções assumidas por ele.

Além disso, discutir-se-á a relação do Serviço Social com a política de Segurança Pública.

#### **3.1 SERVIÇO SOCIAL: EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Para apreender o sentido histórico do Serviço Social, torna-se necessário analisar o posicionamento e ações assumidas e desenvolvidas pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses na sociedade.

A crise do comércio internacional, em 1929, e o movimento de outubro de 1930 representaram um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. Apareceram como momentos centrais de um processo que levou à reorganização das esferas estatal e privada, resultando no deslocamento das atividades de agroexportação para outras de realização interna, de modo que todos os segmentos da sociedade foram profundamente afetados por essas transformações (IAMAMOTO, 2010).

A pressão exercida pelo proletariado em face do crescimento da miséria permaneceu como pano de fundo a partir do qual diferentes sujeitos sociais mobilizaram políticas diferenciadas, que demarcarão os limites da atuação profissional. A maior eficiência no trato dessa questão unificou-se, também, na solidificação da profissão como instituição, vinculada ao crescimento do aparelho de Estado. Assim, o Serviço Social apareceu como uma das alternativas às ações caritativas, a partir da busca de um novo trato acerca da questão social. (IAMAMOTO, 2010).

O Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho da sociedade. Segundo essa análise, a particularidade da profissão no âmbito da divisão social e técnica do trabalho coletivo é “organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas de seu enfrentamento,

que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (ABESS/CEDPSS, 1996, p.154).

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no início da década de 1930.

A Igreja procurou organizar e qualificar seus quadros intelectuais para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade (IAMAMOTO, 2010) e teve importância ímpar na configuração da identidade que marca a gênese do Serviço Social no Brasil, sendo responsável pelo seu ideário, campo de ação e pelas agências de formação dos primeiros Assistentes Sociais.

As primeiras escolas de Serviço Social do país, fundadas em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente em 1936 e 1937, organizaram-se sob influência europeia, tendo por base a doutrina social católica<sup>18</sup> e a tradição positivista<sup>19</sup>, as quais se sustentavam em uma ótica de individualização dos problemas sociais, que tendiam a buscar as especificidades da questão social na esfera ético-moral, ao responsabilizar o próprio indivíduo pelo seu destino pessoal.

A implantação do Serviço Social ocorre no decorrer desse processo histórico. Não se baseou, no entanto, em medidas emanadas do Estado. Surgiu da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestaram, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

O Serviço Social tem, na questão social, a base de sua fundação como especialização do trabalho. A “questão social” é indissociável da sociedade capitalista, esta fundada na exploração do trabalho, que a reproduz demasiadamente. Ela envolve uma arena de lutas

---

<sup>18</sup> Os elementos que mais colaboraram para o surgimento do Serviço Social têm origem na Ação Católica – intelectualidade laica, estritamente ligada à hierarquia católica, que propugna, com visão messiânica, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social. Estes núcleos de leigos, orientados por uma retórica política de cunho humanista e antiliberal, lançam-se a uma vigorosa ação dirigida para penetrar em todas as áreas e instituições sociais, criando mecanismos de intervenção em amplos segmentos da sociedade, com a estratégia de, progressivamente, conquistar espaços importantes no aparelho de Estado. A Ação Católica (e, por extensão, o Serviço Social) prende-se a um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da Igreja – incentivado oficialmente pela hierarquia e tendo como suporte as Encíclicas papais, lutando contra o materialismo liberal e contra a agitação social de cariz anarco-comunista. (CASTRO, 1993, p. 42).

<sup>19</sup> O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Augusto Comte e John Stuart Mill. Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX, período em que chegou ao Brasil. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas, somente se pode afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Leia mais em: [http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/positivismo.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/positivismo.htm)

políticas contras as desigualdades produzidas. Estas múltiplas desigualdades são mediadas por disparidades nas relações étnico-raciais, de gênero, regionais, entre outras. Os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões, tais como, assistência social, saúde, previdência, educação, habitação etc.

A partir dos anos 1940 a 1950, a questão social, expressão das desigualdades decorrentes do aprofundamento do capitalismo no Brasil, passa por grandes transformações. A aceleração industrial, as migrações campo-cidade, o processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais, especialmente do operariado, vão exigir novas respostas do Estado e do empresariado às necessidades de reprodução da vida social e a questão social se impõe como alvo de intervenção do Estado, por meio das políticas sociais públicas.

A realização do I Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1947 marcou o início da valorização dos encontros nacionais, marcado por debates e polêmicas entre os profissionais. A forte influência norte americana na América Latina e no Brasil a partir do segundo pós-guerra, teve seus traços também na profissão, com a incorporação das teorias estrutural-funcionalistas e das metodologias de intervenção, em especial, o Serviço Social de Caso e Grupo.

Embora regulamentado como profissional liberal em 1949, o Assistente Social tem seu desempenho profissional vinculado a instituições públicas e privadas, como um dos responsáveis pela implementação das políticas públicas. A crescente centralização dessas políticas gera o aumento da demanda pela execução no interior das instituições, induzindo o crescimento do Serviço Social e, conseqüentemente, a elevação do status profissional. (RAICHELLIS, 2006).

O desenvolvimentismo foi difundido pelos organismos internacionais com a criação da ONU em 1945. A partir do contexto da “Guerra Fria”, a ONU e o governo norte-americano, preocupados com os riscos que o atraso e a pobreza poderiam trazer para a ordem capitalista, iniciaram um programa de cooperação e assistência financeira aos países subdesenvolvidos. A proposta de Desenvolvimento de Comunidade (DC) teve origem nesse cenário, na segunda metade da década de 1940, através de programas de educação de adultos e de modernização.

No Brasil, embora o desenvolvimento tenha constituído o centro da política do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), a sua influência no Serviço Social limitou-se a experiência no meio rural. Nesse primeiro período, sob influência norte-americana, a proposta do desenvolvimento de comunidade foi estimulada como mecanismo de correção das

“disfuncionalidades” causadas pelo sistema capitalista, constituindo-se em instrumento de integração da população pobre aos projetos de desenvolvimento.

Nos primeiros anos da década de 1960, em uma conjuntura de ampliação e participação política e de radicalização das lutas sociais, o Serviço Social passou a integrar-se às experiências do desenvolvimento de comunidade comprometidas com as transformações estruturais, que se generalizam pelo país em um cenário de reivindicação pelas “reformas de base” durante o governo de João Goulart<sup>20</sup>.

A mobilização política atingiu o campo (por meio das Ligas Camponesas e do sindicalismo rural) e a cidade (Movimento de Educação de Base (MEB), Centros de Cultura Popular). Esse intenso movimento reúne profissionais, intelectuais, trabalhadores de um modo geral, com um mesmo objetivo: a defesa de um projeto nacional-desenvolvimentista. Destacam-se a intervenção do movimento estudantil, através da UNE, e as transformações da Igreja Católica na América Latina que deram origem à chamada Igreja Popular, primeiro passo para a formulação da “teologia da libertação<sup>21</sup>”.

No entanto, o golpe militar de 1964 e a ditadura militar instituída a partir de então, interromperam o processo de mobilização democrática por parte das camadas populares, pondo fim ao pacto populista e ao engajamento dos sujeitos comprometidos com a implantação de alternativas de desenvolvimento nacional-democrático no Brasil.

O golpe de 1964 impôs, ao Brasil, uma nova ordem político-institucional, apoiada em um fortalecimento do Estado, voltado para a consolidação da chamada modernização conservadora. Para a implantação deste modelo, o Estado moderniza e amplia suas funções econômicas, sociais, políticas e culturais. A orientação política foi a de integrar a economia brasileira aos padrões internacionais definidos pelo capitalismo monopolista para os países da periferia. (RAICHELLIS, 2006).

As mudanças operadas nas políticas salarial e sindical vieram acompanhadas de arrocho salarial, aumento dos níveis de exploração do trabalho e perda de direitos historicamente conquistados, como direito de greve, de liberdade, de organização, de estabilidade no emprego. Ao mesmo tempo, desarticulou as instituições políticas existentes, a

---

<sup>20</sup> Para maiores esclarecimentos acerca deste contexto no país, o leitor poderá recorrer à profícua obra de Netto (2014).

<sup>21</sup> A Teologia da Libertação é uma tentativa de interpretar a Escritura através do sofrimento dos pobres. É em grande parte uma doutrina humanista. Como uma teologia, tem raízes católicas romanas muito fortes. Leia mais em: Aguiar (2011).

resistência dos movimentos do campo e da cidade e das lideranças comprometidas com as forças populares.

Nesse contexto, a questão social passou a ser respondida através do binário repressão/assistência e um leque de políticas sociais e assistenciais foi implantado pelo Estado de forma centralizada, autoritária e burocrática. As instituições responsáveis pela implementação dos serviços sociais foram reorganizadas, pois, sob a lógica do capital.

Esse amplo processo de mudanças foi responsável pelo alargamento do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais, levando a profissão a modernizar-se, a incorporar nova racionalidade técnica, a modificar o perfil da formação profissional. Isso acarretou a necessidade de certos fundamentos técnicos e teóricos para a ação profissional, até então pautada em pressupostos humanistas-cristãos (por meio da doutrina da Igreja Católica e seus fundamentos neotomistas), com parca influência do positivismo.

Tratava-se de uma conjuntura marcada pela adequação profissional às demandas impostas pelo regime ditatorial, cujo modelo econômico elevou os índices de pobreza, deteriorando ainda mais as condições de vida e de trabalho da população.

Mesmo diante de todas as fragilidades e problemas, inaugurou-se, na profissão, um importante caminho na construção do pluralismo e da divergência de um pensamento tradicional, na busca da “legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição” (NETTO, 1994, p. 131).

É nesse contexto que o projeto tradicional do Serviço Social começou a ser questionado, apresentando as bases concretas para a sua erosão: “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987 apud NETTO, 2005, p. 09).

Diante de tal contexto, surgiu a necessidade e a busca de uma sistematização conceitual e de aportes teórico-metodológicos para o trabalho profissional. Foi nessa busca que o Serviço Social se aproximou das Ciências Sociais, da Teoria Social de Marx e de teorias das Ciências Humanas, propiciando uma análise crítica da sociedade e a busca pela construção de conhecimento próprio, reconceituando suas bases teóricas, políticas e éticas, o que colocou em cheque as metodologias importadas da Europa e dos EUA para o Serviço Social. Vale destacar também a criação e a expansão da pós-graduação<sup>22</sup>, com a implantação

---

<sup>22</sup> Teve destaque, também, a constituição de um espaço importante de publicização da produção dos Assistentes Sociais: a Revista Serviço Social e Sociedade, criada em 1979 pela Editora Cortez e Moraes (hoje Cortez Editora).

dos cursos de mestrado e de doutorado no início dos anos 1970, quando a PUC-SP foi a pioneira.

O marco inicial do movimento de reconceituação se deu no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado em 1965, em Porto Alegre. Nesse mesmo ano é fundada a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETSS), que teve, como papel fundamental, a articulação dos profissionais na reconceituação. Considera-se que esse movimento teve a duração de 10 anos (portanto, entre 1965-1975), tendo sido interrompido pelas ditaduras que se sucediam em toda a América Latina.<sup>23</sup>

Note-se que se está falando de um movimento que teve início no momento em que o Brasil passava pela instauração da ditadura militar, como estratégia da autocracia burguesa, fato que fez com que a influência da reconceituação no Brasil tivesse características distintas do restante da América Latina, pois favoreceu a possibilidade de participação ativa dos brasileiros neste processo<sup>24</sup>.

É assim, portanto, que surgem os projetos profissionais, no processo que ficou conhecido como “renovação do Serviço Social no Brasil” que, segundo Netto, foi

O conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, a base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas e demandas sociais e da sua sistematização prática e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 1994, p. 131).

A renovação do Serviço Social foi, portanto, fruto de um processo histórico que, ao possibilitar o pluralismo no Serviço Social, encontra-se a diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, compreender a questão social e o próprio Serviço Social. Decorrem desse processo três projetos profissionais: o modernizador<sup>25</sup>, o fenomenológico e a intenção de ruptura. Os dois

---

<sup>23</sup> Ainda que nesse contexto, em 1972, houvesse sido fundado o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), uma importantíssima entidade na organização dos Assistentes Sociais.

<sup>24</sup> Embora outros países envolvidos nesse movimento também tenham vivenciado ditaduras militares, estas se deram mais adiante, possibilitando o envolvimento dos profissionais nos processos iniciados em 1965 até meados de 1970. Todavia, mesmo diante da ditadura, vários assistentes sociais brasileiros estiveram envolvidos com a reconceituação. Um exemplo notório de tal participação brasileira é o de Leila Lima Santos, que assumiu importantes funções na condução do CELATS, a partir de 1975. (CARDOSO, 2013, p. 130).

<sup>25</sup> Segundo Netto (1994), o projeto modernizador não mais atendia às expectativas de outras referências em curso no Serviço Social, de duas maneiras. Por um lado, “seu traço conservador e sua colagem à ditadura

primeiros estiveram ligados a uma mesma perspectiva societária: o conservadorismo; e o terceiro significou a emergência de uma perspectiva emancipatória no Serviço Social brasileiro.

Começar-se-á a discussão pelo projeto modernizador, que é uma modernização do projeto tradicional, não rompendo com suas bases, mas dando-lhe uma nova roupagem, ou seja, trata-se da continuidade do projeto tradicional, somente com características modernizadoras. Segundo Yasbek,

Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a “busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; e enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais”. (YASBEK, 2009, p.148- Grifos do autor).

Não se trata de um novo projeto profissional, mas de uma revisão do projeto tradicional. Portanto, um aprofundamento do projeto tradicional, com a continuidade da sua ética profissional e à sua orientação teórico-metodológica com o aprofundamento da teoria positivista, e à sua postura política conservadora, reafirmadora da manutenção da ordem social.

Prosseguem com elementos da filosofia neotomista, no que se refere aos valores e à moral que informam sua dimensão ética, bem como sua vinculação ao pensamento conservador. Estão presentes os valores do bem comum, da dignidade, sendo o papel do profissional, a condução do indivíduo e da sociedade a uma perfeição divina.

Assim, tem-se o projeto modernizador como continuidade do projeto tradicional, acrescido de uma referência teórico-metodológica claramente definida, o positivismo, colocando-se como um projeto fundado na busca pela eficiência e pela eficácia que devem nortear a produção de conhecimento e a intervenção profissional.

A identidade desse projeto profissional com o método positivista – que, para compreender a realidade, utilizou-se do empirismo – buscava cercar seu objeto e com isso comprovar cientificamente seus estudos. A ciência, nesse sentido, serve para descrever os fatos, e, ao estudá-los, prevenir as causas de “desajustes” da sociedade.

---

incompatibilizam-na com os segmentos críticos” (NETTO, 1994, p. 157). Por outro, “Seu conteúdo reformista [...] não atende às expectativas do segmento profissional que, agarrado às mais vetustas tradições do Serviço Social, resiste ao movimento de laicização ocorrente e se recusa a romper com o estatuto e funcionalidade subalternos historicamente assumidos pela profissão” (NETTO, 1994, p. 156).

Nessa direção, a realização do diagnóstico social ganha centralidade metodológica, como forma de investigar a realidade do indivíduo para poder pensar a intervenção sobre as causas dos desajustes e patologias. (CARDOSO, 2013).

Retoma-se a metodologia de Casos, Grupos e Comunidade<sup>26</sup>. Aos poucos, ela foise desvinculando dos elementos católicos e retomou a vertente positivista, o que ocorreu mais fortemente em 1970. Em todas as abordagens dessa metodologia apresentou-se sempre, como fim da intervenção profissional, a sua contribuição nos processos de integração do indivíduo para o desenvolvimento.

Desta forma, o trabalho do Assistente Social se vinculou à adequação do indivíduo à realidade social, sob a égide do desenvolvimento que, na ordem da lógica positivista, estava vinculada à ordem e à harmonia social. Como se pode ver, o projeto tradicional conservou o que estava posto, em um compromisso com a ordem vigente.

O objetivo principal do Serviço Social é “capacitar o indivíduo” para resolver a situação social-problema que enfrenta, “aqui-agora”, cumprindo seus papéis sociais, portanto, o correto e adequado “funcionamento social”. [...] A finalidade do Serviço Social é solucionar os problemas sociais que constituem um obstáculo à cura, à readaptação à sociedade, ou o aproveitamento do ensino. (VIEIRA, 1988, p. 30-116).

A questão social, nesse contexto, foi compreendida como integrante de problemas individuais, “desajustes” que devem ser corrigidos ou tratados por meio da atuação profissional, portanto, em uma perspectiva conservadora, com ações de ajustamento, correção e prevenção junto aos desvios e desajustes compreendidos como questão social.

Foram expressões da dimensão teórico-metodológica do projeto modernizador, dois importantes documentos, fruto da organização política e dos debates realizados pelos Assistentes Sociais nos encontros que ocorreram em 1967 (em Araxá)<sup>27</sup> e em 1970 (em

---

<sup>26</sup> Caso: [...] se emprega o Serviço Social de Caso junto a pessoas com problemas e dificuldades de relacionamento pessoal e social, ou seja, de inter-relacionamento social, reconhece-se a validade de sua utilização [...] em serviços especializados e/ou de sua adequação ao nível da execução de programas amplos, de modo a integrar-se no processo de desenvolvimento (CBCISS, 1986, p. 33); Grupo: O Serviço Social de Grupo é um processo de Serviço Social que, através de experiências propositadas, visa a capacitar os indivíduos a melhorarem o seu relacionamento social e a enfrentarem de modo mais efetivo seus problemas pessoais, de grupo e de comunidade (KONOPKA, 1963 apud CBCISS, 1986, p. 34); Comunidade: As funções do Serviço Social de DC [Desenvolvimento de Comunidade] são principalmente orientadas para a deflagração dos processos de conscientização, motivação e engajamento de lideranças individuais, de grupos e instituições no sentido do desenvolvimento (CBCISS, 1986, p. 38).

<sup>27</sup> Os 38 assistentes sociais de cujas inflexões resultou o Desenvolvimento de Araxá partiram de um patamar consensual na apreciação da profissão: “Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela

Teresópolis)<sup>28</sup>. Teve relevância, nesse processo, uma entidade que foi responsável pela organização de diversos eventos, entre eles, os dois acima citados, e pela sistematização do conhecimento na profissão: o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, o CBCISS.

Os dois eventos descritos acima, com vistas a sistematizar e tentar elevar a profissão a um status técnico e científico, produziram tais documentos claramente modernizadores do projeto tradicional. Eles apontam para os seguintes fatos: os valores eleitos para justificar a ação do profissional; um método de intervenção; e uma direção ideológica e política, de acordo com a ética tradicional, o positivismo e o pensamento conservador, todos concebidos como esforços de manutenção da sociedade capitalista. (CARDOSO, 2013).

Vale salientar que os referidos documentos foram escritos em plena ditadura militar e, no entanto, não traziam em seu conteúdo nenhuma análise ou reflexão sobre a conjuntura política, econômica e social pela qual vinha passando o país.

A partir de 1960-1970, ampliou-se a rede de serviços e, com ela, a demanda do trabalho do Assistente Social no campo das políticas sociais, fato que impulsionou um avanço nos âmbitos acadêmico, profissional e organizativo. As transformações que começaram a surgir no debate teórico refletiram-se nas instâncias organizativas e nos fóruns coletivos da categoria dos Assistentes Sociais. Dada a criação das entidades de ensino, pesquisa e representação profissional (ABESS, CBCISS, CFAS, CRAS), que remontam a 1946 e são a matriz das atuais organizações da categoria profissional, foram inúmeros os eventos patrocinados por esses organismos, que registraram os debates e as polêmicas que se intensificaram com as transformações socio-políticas da sociedade brasileira.

Em 1976, ocorreu o II CBSS, promovido pelo CFAS, que tinha como tema central “O Assistente Social no desenvolvimento social”, demonstrando a direção política da categoria atrelada à participação no desenvolvimento nacional<sup>29</sup>, ou seja, uma direção política

---

ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (CBCISS, 1986, p. 24).

<sup>28</sup> O “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos esses passos, ele corou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto dos suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2009).

<sup>29</sup> Em 1974 ocorria o I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o primeiro a ser organizado pelo CFAS, o qual, mais uma vez, não se coloca em questão a autocracia burguesa e o processo ditatorial vivido no país.

comprometida com a manutenção do status vigente, que só foi questionada no próximo Congresso da profissão em 1979.

Além desses momentos importantes de organização da categoria, claramente representados no projeto modernizador, ocorreram ainda outros processos político-organizativos que resultaram em revisões da legislação existente e na criação de novas legislações e documentações.

Em 1962, é assinado o Decreto Federal nº 994, que regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que criou os Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS e CRAS), os quais tiveram, como função, a disciplina e fiscalização do exercício profissional.

Embora tal regulamentação tenha significado um passo importante no processo de consolidação do Serviço Social, bem como do exercício profissional, o CFAS acabou incorporando a ideologia da autocracia burguesa, cumprindo fielmente o papel atribuído pelo Estado. Assim, “sua trajetória [dos conselhos federal e regionais] foi marcada pela repressão e pelo controle ideológico do Estado [funcionando] como uma entidade repressiva, controladora e burocrática”. (ABESS/CEDEPSS, 1994, p. 10).

Em 1965, esse conjunto de entidades é responsável pela elaboração e aprovação do II Código de Ética dos Assistentes Sociais, que expressou claramente uma orientação baseada no neotomismo e no pensamento conservador<sup>30</sup>.

Além da elaboração do Código acima citado, foram aprovados, nesse mesmo período, dois currículos mínimos para o curso de Serviço Social (1964-1970), os quais mantiveram a orientação centrada nas disciplinas específicas do Serviço Social na chamada metodologia de Caso, Grupo e Comunidade, expressando o projeto modernizador na busca da cientificidade da profissão e do fazer técnico.

Com relação ao projeto fenomenológico, ele ficou voltado à produção do conhecimento, em especial nos cursos de pós-graduação, recém-inaugurados no Brasil. Uma de suas maiores contribuições é a chamada “nova proposta”<sup>31</sup> elaborada por Ana Augusta de

---

<sup>30</sup> Vale lembrar que, nesse mesmo ano, estava acontecendo o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social (também no Brasil) que apontava para outra referência profissional e viria a ser reconhecido na história como o marco inicial do movimento de reconceitualização. Tal fato demonstra o quanto o movimento de reconceitualização não conseguiu desenvolver-se no Brasil nesse período com as mesmas características apresentadas no restante da América Latina. (CARDOSO, 2013, p. 142).

<sup>31</sup> “Elaborado no âmbito universitário – foi a tese de livre-docência da autora, apresentada em janeiro de 1977 [...] ao contrário de uma construção episódica ele cristaliza uma experiência de Serviço Social que cobre décadas [...] entendemos mesmo, que cabe à autora a formulação seminal desta vertente no processo de renovação do Serviço Social brasileiro”. (NETTO, 1994, p. 227).

Almeida. Posteriormente, as elaborações de Pavão (1988), Carvalho (1991) e Capalbo (1979, 1984), que também irão conformar com a dimensão teórico-metodológica desse projeto.

Compõe sua dimensão jurídica, o III Código de Ética (1975), expressando uma ética profissional conservadora, retomando elementos do projeto tradicional na sua vinculação com a doutrina social da Igreja Católica e embasado no neotomismo.

Sua constituição no Serviço Social significou a recuperação do tradicionalismo através da crítica ao projeto modernizador e da oposição ao projeto de intenção de ruptura (CARDOSO, 2013, p. 147). Apresentou uma crítica radical aos padrões teóricos do positivismo no que tange às propostas metodológicas para o Serviço Social.

Assim, a metodologia proposta pelo projeto fenomenológico propôs que, no lugar da busca da explicação dos fenômenos, ou seja, sua causa, busca-se sua compreensão a partir do sujeito, como foi vivenciada pelo mesmo. Portanto, a compreensão de como isso está acontecendo no sujeito, de modo a possibilitar-lhe seu autoconhecimento, tendo, assim, o Assistente Social, a função da ajuda psicossocial.

Esses serão os fundamentos que embasarão a atuação profissional, nos termos desse projeto, da relação Assistente Social-cliente, diante do desenvolvimento de uma metodologia a partir do tripé “pessoa-diálogo-transformação”, entendido como um processo de conscientização.

Esse método baseado no diálogo deveria levar o indivíduo à sua conscientização, a partir de uma reflexão conjunta (tripé acima citado), para que ele pudesse realizar uma transformação primeiramente interna e depois externa. Ou seja, o problema estaria no indivíduo (interno), e, portanto, iria refletir na sociedade, causando uma disfunção social.

Segundo Cardoso (2013), embora em alguns momentos esse projeto anunciasse sua vinculação à dialética, incorporando termos como transformação, *praxis*, consciência crítica, reflexão crítica, dialética, entre outros, ao que parece, acabou perdendo em uma visão pré-marxiana, que dá ênfase à subjetividade e a vontades individuais sobre a realidade social, bem como entendendo a transformação não como um processo social, mas, sobretudo, pessoal. Não foi parte de uma classe, um gênero, uma etnia: eram singularidades e expressam suas subjetividades. (CARDOSO, 2013).

Para esse projeto profissional é como se a questão social nem existisse, não sendo colocada em pauta. O homem foi deslocado da história, dos complexos sociais.

Fica evidenciada a diferenciação entre esse projeto e o modernizador no que se refere à sua dimensão teórico-metodológica. Embora ambos foquem a atuação profissional no

indivíduo, o projeto fenomenológico tem, na intervenção profissional, a ajuda psicossocial em torno da individualidade na busca da transformação; quanto ao projeto modernizador, atribuiu, à intervenção profissional, o papel da ajuda no sentido da adaptação do indivíduo com o objetivo da harmonização das relações sociais. Embora por caminhos diferentes, ambos contribuíram para a manutenção da ordem ao não questionarem as bases estruturais dessa sociedade capitalista.

O evento que mais se destacou em tal momento foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em 1979, que passou a ser identificado como o “Congresso da Virada”, quando a sua organização sofreu forte questionamento e as autoridades do regime militar foram destituídas da comissão de honra e substituídos por dirigentes de movimentos sindicais e populares, dentre eles, Luís Inácio Lula da Silva. Este fato histórico marcou o processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país.

No mesmo ano de 1970, em sua XXI Convenção Nacional realizada em Natal, a ABESS aprovou o novo currículo mínimo de Serviço Social, implantado em todo o território nacional a partir de 1982. No final da década de 1970, a crise da ditadura já se expressava com maior vigor, no contexto das greves operárias do ABC paulista, da reorganização da sociedade e do avanço dos movimentos populares.

O desgaste do regime militar e as consequências do modelo econômico no aumento da pobreza e da desigualdade social fizeram com que o movimento social contra a ditadura ganhasse novos contornos no início de 1980. Neste compasso, a transição democrática, que sinalizava o esgotamento do regime ditatorial, fez reavivar, no Serviço Social, a vertente comprometida com o projeto democrático-popular.

O aprofundamento do processo organizativo e a ampliação das referências teórico-metodológicas comprometidas em repensar o Serviço Social de uma maneira crítica passam a qualificar o debate acadêmico e político da profissão, que se expressou densamente na primeira metade da década de 1980. (RAICHELLIS, 2006).

A mobilização da sociedade civil, que já vinha ganhando força, foi se adensando com a incorporação de diferentes categorias profissionais. Esse contingente de trabalhadores fortalece as lutas políticas, recriando suas entidades representativas e aliando-se às reivindicações de retomada do poder civil, o reconhecimento de direitos sociais e políticos e a democratização do Estado.

No âmbito do Serviço Social, iniciou-se a gestão de um projeto profissional comprometido com os direitos humanos e sociais, com a ampliação da democracia social e econômica e a construção da cidadania para todos. A década de 1980 consolidou, no plano ideológico-político, o rompimento com o conservadorismo no Serviço Social. Para isso foi fundamental a revisão do projeto de formação profissional conduzida pela ABESS/CEDEPSS (Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais) e o papel político-organizativo do CFESS/CRESS, destacando-se a elaboração do Código de Ética de 1986 comprometido com um novo projeto ético-político profissional.

A perspectiva de “intenção de ruptura” foi própria desse amplo movimento de renovação do Serviço Social, no qual foi possível constatar um amadurecimento teórico, com a ampliação da produção<sup>32</sup>, em especial, nos cursos de pós-graduação.

O referido contexto também representou um amplo movimento de conquistas democráticas: os movimentos sociais organizaram-se em diferentes áreas, os sindicatos fortaleceram-se, as demandas populares ganharam visibilidade pública, todas as aspirações eram por uma sociedade justa e igualitária na luta incessante por direitos, que recebeu respaldo jurídico na Constituição Federal de 1988. Entre as inovações contidas na Lei Magna, destacam-se a ampliação de direitos e a introdução do capítulo referente à Seguridade Social.

Importantes dispositivos foram definidos para a efetivação de um novo pacto que reconhecesse o município como ente autônomo da federação, ao transferir, para eles, recursos públicos, bem como instituiu mecanismos de participação da sociedade civil na implementação das políticas públicas. Entre eles, destacam-se os Conselhos nas áreas de saúde, criança e adolescente, assistência social, educação, entre outras.

Esses conselhos representam uma inovação no sentido da criação de novos espaços públicos de interlocução entre o governo e a sociedade, na perspectiva de tornar a gestão mais democrática, fazendo com que a sociedade civil participe das decisões políticas. Também as

---

<sup>32</sup> Abrindo a década de 1980, destaca-se a publicação do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (1982), de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, que reflete o significado social do Serviço Social conectado com o movimento de produção e reprodução das relações sociais. Cabe ainda enfatizar o papel desempenhado pela Revista Serviço Social e Sociedade, que desde 1979, difundem o conhecimento e debate associados à formulação do projeto de renovação crítica do Serviço Social brasileiro. Tiveram também avanços no que tange a produção no espaço acadêmico, em especial, na pós-graduação; o reconhecimento do Serviço Social como área de pesquisa pelas agências de fomento; na produção científica, cresce o mercado editorial do Serviço Social no Brasil e no exterior; no âmbito da formação e da pesquisa, afirma-se a agenda internacional do Serviço Social e a participação das entidades nacionais em redes regionais e internacionais; no plano político-organizativo, o CFESS introduziu a pauta da internacionalização na sua agenda política; participou ativamente da criação do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social ou Trabalho Social em 1996, entre outras ações (RAICHELLIS, 2006).

Conferências de políticas públicas são importantes espaços de participação da sociedade civil no controle social.

O Serviço Social vem participando ativamente da construção da política de seguridade social e das demais políticas, destacando sua contribuição na consolidação da assistência social como política pública e na elaboração das leis orgânicas como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Saúde (SUS) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, esses avanços vieram na contramão de um movimento de desmonte dos direitos sociais definidos pela Constituição Federal, que se expressou com vigor na entrada dos anos 1990.

O cenário político dos anos 1990 desencadeou importantes processos sócio-políticos com grandes repercussões no Serviço Social. Conforme apontado anteriormente, essas transformações tiveram origem na crise mundial do padrão de acumulação capitalista que vinha se desenvolvendo desde o segundo pós-guerra de modo que, particularmente no Brasil, agregou novas questões às configurações da pobreza estrutural e da desigualdade social que caracterizaram a formação social brasileira.

O agravamento da questão social, decorrente do processo de reestruturação produtiva e da incorporação do modelo neoliberal, repercutiu no mundo do trabalho através da precarização, insegurança, rotatividade no trabalho, vulnerabilidade das condições de vida e das formas de organização e defesa dos trabalhadores, submetidos à subcontratação, à informalidade, ao achatamento salarial e à desproteção social.

A precarização do trabalho se associou a diminuição da ação reguladora do Estado e a erosão do sistema público de proteção social, com a crescente subordinação das políticas sociais ao sistema neoliberal e a privatização dos serviços públicos.

Nesse contexto, difundiu-se o discurso da solidariedade social e das parcerias entre Estado e organizações privadas. Tinha-se uma dinâmica societária que contribuiu para reforçar a privatização do fundo público, o encolhimento da esfera pública e da legitimidade da universalização dos direitos, uma verdadeira cultura política privatista.

Ao lado do avanço do ideário conservador, a década de 1990 também foi cenário de um intenso movimento de forças sociais. Diferentes mecanismos de participação e de controle social, como os conselhos gestores, fóruns em defesa das políticas públicas, plenárias populares, conferências, orçamento participativo, audiências públicas, ouvidorias sociais. (RAICHELLIS, 2006).

Nesse momento, é de precípua relevância atentar e analisar os rebatimentos de tal contexto no campo profissional, tanto nos usuários dos serviços sociais, como também no mercado de trabalho dos Assistentes Sociais. Também é perceptível a participação ativa dos Assistentes Sociais por meio de suas entidades representativas.

É próprio dos anos 1990, o debate e a construção do que se convencionou chamar de Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social, resultado da organização coletiva da categoria profissional através das suas entidades: o conjunto CFESS/CRESS; a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Além de encontros e seminários, este conjunto de entidades realiza a cada três anos o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), espaço de debate, reflexão e proposição.

Decorre dessa dinâmica, a nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662) e o novo Código de Ética (Resolução CFESS nº 273), ambos de 1993 e também as atuais Diretrizes Curriculares da formação profissional, aprovadas em 1998. Esse esforço representa a construção do Serviço Social brasileiro que afirma, como valores centrais, a liberdade, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o compromisso com a competência e com a qualidade dos serviços prestados, o aprimoramento intelectual, a formação acadêmica qualificada, rumo à emancipação e a construção de uma nova ordem societária.

O aprofundamento desse projeto profissional supôs a continuidade da atuação de entidades representativas, capazes de coordenar e articular o trabalho profissional, o ensino e a pesquisa na área. Em tempos de globalização neoliberal, implica a expansão profissional para além das fronteiras nacionais, na perspectiva de integração regional e internacional, em um movimento que busca fortalecer o projeto contra-hegemônico do Serviço Social.

O século XXI revelou um Serviço Social consolidado e amadurecido, uma profissão presente em todo o território nacional, diversificada na sua inserção institucional e nas áreas de atuação. Fruto da reestruturação produtiva nas empresas e da multiplicação e diversificação das entidades assistenciais e do terceiro setor, os Assistentes Sociais têm sido chamados a assumir funções voltadas à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, planejamento e administração de serviços e benefícios, estudos e pesquisas sociais, assessoria e consultoria no campo das políticas públicas, voltados aos interesses da classe trabalhadora e tendo como horizonte no seu cotidiano profissional a emancipação humana.

Para tanto e diante das mudanças societárias, os Assistentes Sociais enfrentam a exigência de novas competências teóricas, técnico-operativas e ético-políticas, a participação em equipes interdisciplinares, o compartilhamento dos espaços públicos com novos interlocutores, entre outros desafios.

Assim, mostra-se como imprescindível problematizar-se as configurações históricas da formação profissional nesse período de barbárie do capital, na qual vigora a temerosa subordinação do social aos interesses do capital financeiro, de modo que o social fica refém do econômico ou, usando os termos de Neves (2010), *a esquerda para o capital e a direita para o social*.

### 3.2 O LEGADO DA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Falar da perspectiva emancipatória do Serviço Social exige situá-lo, apresentando os elementos que o compõe para, então, poder assinalar as formas de sua incorporação na profissão.

A perspectiva emancipatória está totalmente voltada à busca da superação da ordem do capital, o que resultou na plena liberdade dos homens a partir do fim da exploração da classe trabalhadora e, portanto, de sua alienação, conduzindo todos os homens à emancipação humana, ou seja, a realização do ser social, onde assim poderá viver as potencialidades humanas.

Trata-se de uma nova sociabilidade; uma nova ordem social, baseada na liberdade e igualdade, na qual “em lugar da velha sociedade burguesa, com as suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 1998, p.31). Assim, a emancipação humana “supõe a ultrapassagem de uma sociedade civil onde a norma é a desigualdade [...] cuja essência é a reprodução ampliada das desigualdades” (NETTO, 2008, p. 28-29).

A discussão sobre a emancipação humana surgiu a partir dos escritos de Marx, em ensaio denominado “Sobre a questão judaica”, de 1843, onde pela primeira vez, ele trava o debate sobre a emancipação política e humana.

O então ensaio de Marx terá como pauta a distinção entre a emancipação política e humana, defendendo que a questão central é a extinção da religião, do Estado, da mercadoria e do dinheiro que conduziu, não à emancipação política, mas à emancipação humana.

A emancipação política é entendida como “a emancipação da sociedade burguesa frente à política (MARX, [s.d.] apud Frederico, 2009, p. 97) que, ao instituir o caráter político do Estado na ruptura com o modelo feudal, acaba com todas as corporações e privilégios, ou seja, marcou a ruptura das relações entre os servos e senhores feudais.

Por um lado, percebe-se o progresso e o avanço que a emancipação política representou diante da ruptura com o sistema feudal. Por outro lado, verifica-se que tal emancipação tornou-se a sociabilidade baseada sobre a propriedade privada.

Marx entendia que tal emancipação consagrou a divisão da sociedade em indivíduos independentes, ou seja, pessoas privadas voltadas aos seus interesses particulares e afastados dos interesses coletivos. Em suas palavras: “a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, ao indivíduo egoísta independente, e, de outro lado, ao cidadão do Estado, a pessoa moral”. (MARX, 1987, p. 484).

O Estado, por sua vez, só existiu a partir e para a manutenção da sociedade de classes, tendo como função a garantia dos interesses da burguesia, o que se deu de formas coercitivas, por meio da repressão e muitas vezes da submissão do ideário de classe dos trabalhadores. Nessa perspectiva, Marx defendeu que é necessária a superação da emancipação política para a realização da emancipação humana. Esta, por sua vez, se deu com a tomada do Estado, com a sua dissolução, o que ocorreu através de um processo revolucionário, resultando em uma nova ordem social: o socialismo. “Uma comunidade de homens e mulheres livres e autônomos (o que não quer dizer anarquia) – livres do Estado, livres da opressão – supõe a supressão de uma sociedade civil fundada no mercado e na desigualdade”. (NETTO, 2008, p. 28-29).

Resumindo: a perspectiva emancipatória teve como direção a ruptura com a ordem do capital, na construção de uma sociedade socialista, sendo oposta à perspectiva societária conservadora.

Foi nessa mesma lógica que essa perspectiva despontou no Serviço Social, como contrária ao pensamento conservador. Ela marcou presença nas formulações de ruptura com o conservadorismo a partir do movimento de renovação, que ficou conhecida como intenção de ruptura, ou, projeto de ruptura<sup>33</sup>, que ganhou hegemonia na década de 1980 dentro do Serviço Social brasileiro, consolidando-se a partir dos anos 1990 no chamado projeto ético-político.

---

<sup>33</sup> Netto (1994, p. 225) assim justifica a expressão intenção de ruptura: “sobretudo em função desta inadequação [entre os indicativos deste projeto e as condições objetivas para a sua realização pela massa da categoria], esta perspectiva vem conservando e aprofundando seus traços opositivos ao tradicionalismo, mas sem conseguir avançar efetivamente no rompimento com ele no terreno da prática profissional”.

Esse período é marcado por uma crise do capital que fez entrar em colapso o modelo fordista-keynesiano, gerando um novo modelo político e econômico: o neoliberalismo e o toyotismo.

Vale destacar que o modelo fordista-keynesiano não havia sido experimentado pelos países periféricos. A ideia de um Estado de bem-estar social passou longe do Brasil no processo da modernização conservadora. O que se viu foi a implantação do modelo fordista de produção sem alguns dos seus elementos, entre eles, destacam-se: contratos e negociações coletivas de trabalho; ausência de um Estado que impulsionasse as condições de consumo por meio de políticas e serviços sociais, portanto, não possibilitando a relação consumo-produção.

O Estado regulador no Brasil se constituiu de cima para baixo, sem a participação das classes subalternas; ao contrário, com sua repressão e controle.

Diante do fato acima exposto, a industrialização brasileira pós-1964 caracterizou-se por uma combinação entre taxas de crescimento econômico e de exclusão social, resultando em um processo de industrialização “acompanhada por uma acentuada flexibilidade do mercado de trabalho, expressa pelas altas taxas de rotatividade no emprego” (MANZANO, 1996 apud SANTOS, 2012, p. 161).

Nesse momento, estamos diante do agravamento da questão social provocado pelas condições econômicas do país e do mundo, com uma brutal concentração de riqueza no Brasil, no qual “os 10% mais ricos concentravam em 39,6% da renda em 1960 e passaram a 50,9% em 1980”. (SANTOS, 2012, p. 154).

Do final da década de 1970 até meados da década de 1980 há, no Brasil, uma explicitação da questão social, resultante tanto de uma profunda industrialização e urbanização, modernização do campo, expulsão dos seus trabalhadores e expansão do Estado e seus serviços, como também, a grande organização da classe trabalhadora e das reivindicações dos movimentos sociais na luta por direitos.

Nesses termos, “o fortalecimento da classe operária em termos políticos, pôde ser a base, o início do esgotamento das condições da contrarrevolução burguesa no Brasil”. (IANNI, 1984, p. 111).

Iniciou-se, em 1977, um processo organizativo da classe trabalhadora que veio a ser chamado de novo sindicalismo, originado nas grandes mobilizações operárias surgidas no ABC paulista, as quais apontaram uma importante liderança política, Luís Inácio Lula da Silva, e um forte processo de greves em 1978.

Em 1979, toma posse João Baptista de Oliveira Figueiredo, que deu continuidade à abertura democrática ao assinar a Lei de Anistia e a do voto direto para governadores do Estado. As greves descritas acima ganham extensão.

Em 1980 é fundado o Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1983, é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), “como leito natural das várias correntes, tendências, grupamentos e individualidades que atuavam no universo sindical mais indicativo”. (ANTUNES, 1995, p. 30).

Ainda nesse mesmo ano, por iniciativa do PT e posteriormente a uma coalisão nele – o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) –, cria-se uma frente única em torno da luta pelas Diretas Já. Logo após, em 1984, o movimento ganha força, sendo realizadas grandes manifestações populares.

Portanto, tratou-se de buscar enfrentamentos às expressões da questão social e não à própria questão social. Ou seja, o enfrentamento se deu na busca de resoluções para os problemas sociais na luta pela efetivação de direitos por meio de políticas sociais e não pela extinção da ordem burguesa.

Desta forma, não se pode deixar de frisar a retomada da luta dos trabalhadores que haviam passado pelo processo de flexibilização, precarização do trabalho, desarticulação de suas lutas, bem como dos movimentos sociais. Tal retomada se deu principalmente no que diz respeito aos movimentos em prol: dos sindicatos, da criança e do adolescente, da moradia, das mulheres, entre outros.

O Serviço Social do país foi demandado de modos diversos pelos distintos protagonistas desse período, que pode ser caracterizado pela seguinte referência:

O Estado demanda um profissional moderno e competente capaz de responder às necessidades da tecnoburocracia e conseguir apoio popular para os programas governamentais; os setores desorganizados da clientela do Serviço Social, para atender às suas necessidades imediatas de sobrevivência, e os setores organizados da clientela demandam a ampliação da assistência na perspectiva de um direito social dos setores populares, percebidos como classe social, e buscam, também, apoio a seu esforço de organização (ABESS/CEDEPSS, 1994, p. 19).

O projeto profissional de ruptura organizou sua resposta diante dessas demandas, articulando-se às lutas dos movimentos sociais, comprometidos com a transformação social. Sua marca foi o posicionamento frente ao Estado burguês na luta pelo fim da ditadura e na referência de construção de um projeto anticapitalista. Sua dimensão teórico-metodológica

será orientada pelo pensamento marxista e sua dimensão ética por uma perspectiva emancipatória. Esse projeto profissional foi desenvolvido no campo acadêmico, bem como na constituição e na reorganização das entidades da categoria, construindo um aparato jurídico condizente com tais referências.

O projeto de ruptura, assim, retomou no Brasil, o significado do movimento de reconceituação, com sua face oposta ao tradicionalismo e conservadorismo no Serviço Social, a partir de sua aproximação com o marxismo:

o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação – por isto é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como herdeiro do espírito da Reconceituação: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa. (NETTO, 2005, p. 17).

Foi na universidade que esse projeto emergiu, ocorrendo antes da abertura democrática, entre os anos de 1972 e 1975. Apresentou-se uma proposta metodológica que marcou a primeira expressão desse projeto.

Um grupo de jovens profissionais da escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (em Belo Horizonte) dará vida à experiência que ficou conhecida como “Método de B.H.”<sup>34</sup>.

O método então elaborado foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo: ele corou a sua ultrapassagem, oferecendo um conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2009).

Por meio da proposta de B.H., a preocupação da produção dirá respeito à busca dos fundamentos da profissão, à compreensão crítica do Serviço Social e seu papel na sociedade de classes e não às propostas metodológicas de intervenção.

Encerra-se, em 1975, a experiência de B.H, mas, ao contrário do que muitos pensam, ela não encerra o projeto de ruptura. Essa experiência seguirá como referência para se pensar a formação e atuação dos assistentes sociais na década seguinte.

---

<sup>34</sup> “Aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de apontar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradoras e subalternas” (NETTO, 2009, p. 275).

Netto (1996) designa como segundo patamar da retomada da intenção de ruptura, a publicação da obra de Carvalho e Yamamoto (1996), em 1982, que se consagrou como outro marco desse projeto, ficando conhecida na profissão como uma das primeiras produções do conhecimento que se aproximou com a inspiração marxista. Foi nessa obra que apareceu a primeira elaboração do Serviço Social, por Yamamoto, compreendido como especialização do trabalho coletivo, situando os Assistentes Sociais como parte da classe trabalhadora e explicitando o caráter contraditório e o significado social do Serviço Social. (CARDOSO, 2013).

Embora não se tenha uma clara adesão dos profissionais em sua atuação à perspectiva societária emancipatória, ocorreu uma significativa alteração no direcionamento da formação e do exercício profissional, amparada pelas referências teóricas e políticas desse projeto, compondo suas dimensões ética e jurídica, que se expressam nos dois importantes documentos aprovados nessa década: o Currículo Mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986.

Esses documentos foram fundamentais para a consolidação da hegemonia desse projeto de ruptura, explicitando sua teleologia; a indicação do dever ser profissional nessa perspectiva: a transformação social, bem como sua vinculação à teoria social de Marx. (CARDOSO, 2013).

Pode-se afirmar que a produção iniciada pelo projeto de ruptura teve novos e maiores rebatimentos durante as décadas de 1990 e 2000, quando tal projeto passou por um processo de amadurecimento e revisão, passando a ser chamado de projeto ético-político.

O projeto profissional em vigor, é materializado, a partir da conjunção de diversas dimensões, as quais envolvem desde o reconhecimento da teoria social crítica, até a organização política da categoria e o conjunto de documentos que norteiam política e juridicamente a profissão: Lei 8.662/1993; o Código de Ética de 1993; e as diretrizes curriculares.

Quanto às reflexões e debate em torno da aprovação da Lei de Regulamentação do Exercício Profissional nº 8.862/1993, pode-se afirmar que sua prevalência na agenda profissional inscreve-se ainda na década de 1980, concluindo-se já nos anos 1990 com sua inserção no ordenamento jurídico. Assim:

A lei, como instrumento, pôde articular princípios ético-políticos, e procedimentos técnico-operacionais. O texto legal expressa, pois, um conjunto de conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais, embora saibamos

que a predefinição das atribuições privativas e competências, como uma exigência jurídica/legal, não as garante na prática, posto estarem também condicionadas à lógica do mercado capitalista (CFESS, 2002, p. 5).

Ou seja, é clara na lei, uma nova concepção e autorrepresentação da profissão, sobretudo a partir do conjunto de competências e atribuições privativas. Além disso, a aprovação da lei de regulamentação insere, na agenda do debate contemporâneo do Serviço Social, a necessidade de se apreender as particularidades do mercado de trabalho, e reconhece que o profissional, embora submetido à lógica do capital, deve ter clareza de seu papel na divisão social e técnica do trabalho, como também, os compromissos éticos e políticos.

Tão necessário quanto a aprovação da Lei de Regulamentação,foia revisão e a consequente criação de um novo Código de Ética Profissional (também em 1993), que afirmou a manutenção e o fortalecimento das conquistas do Código de 1986, os quais romperam efetivamente com a ética tradicional e sua base filosófica. Assim, no dizer de Barroco:

A revisão do Código de 1986 teve como pressuposto a consolidação do projeto profissional nele evidenciado, numa perspectiva superadora, ou seja, de garantir suas conquistas e ao mesmo tempo superar suas debilidades. Entendeu-se, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma codificação ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-los objetivamente em direitos e deveres éticos. Neste sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade. (BARROCO, 2001, p. 200).

Portanto, o grande salto que o Código de 1993 sustentou foi a afirmação do compromisso ético-profissional com valores emancipatórios universais, não mais restritos aos interesses particulares de uma determinada classe. Assim, o Código de 1993 concebe a liberdade como um dos resultados da *praxis* humana, não consistindo em um fenômeno natural, mas em um produto histórico gerado pelo trabalho. Além disso, entende-se a democracia como padrão de organização política e a cidadania como um conjunto de princípios capazes de engendrar as condições para o aprofundamento da liberdade. (ORTIZ, 2010).

Entretanto, a defesa de valores emancipatórios e universais não se faz sem um conjunto de princípios capazes de operá-los, os quais se afirmam com a necessidade da defesa

da cidadania e dos direitos sociais a ela articulados, bem como da democracia. Ou seja, é a luta pela emancipação política, a condição para a construção dos valores e objetivos para os quais esse Código se dedica.

Portanto, para que o profissional viabilize tais valores no seu dia a dia profissional, faz-se necessário que ele seja competente do ponto de vista ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo e investigativo. A competência profissional está, dessa forma, vinculada a uma nova perspectiva de profissão e formação.

Dados os limites dos currículos de 1982 e as transformações que atravessavam a divisão social e técnica do trabalho nos anos 1990, tornou-se necessária a revisão curricular. Dessa forma, a assembleia geral das unidades de ensino, deliberou a construção de um novo projeto de formação profissional, o que significava criar uma nova grade curricular mínima para os cursos de Serviço Social no Brasil.

Com efeito, as diretrizes curriculares de 1996 objetivaram romper com uma perspectiva curricular que reduz a apreensão do conhecimento a um conjunto de matérias e disciplinas. Logo,

Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 64).

Em suma, as diretrizes curriculares de 1996 afirmavam, acima de tudo, uma nova maneira de se formar os profissionais de Serviço Social no Brasil, pautado em um conjunto de conteúdos, mas principalmente sobre uma lógica curricular que primasse pela sua configuração a partir da perspectiva da totalidade.

A respeito de todo o processo de constituição das diretrizes curriculares nos anos 1990, bem como do amadurecimento do projeto profissional do Serviço Social, ele não foi imune à ofensiva neoliberal. Dentre os principais desafios diante de tal contexto, merecem destaque: efetivação do projeto profissional mediante um contexto marcado pela crise do capital e seus desdobramentos; contrarreforma do Estado; flexibilização do mundo do trabalho; a tendência do ideário pós-moderno.

Apesar dos desafios acima descritos, é inconteste que ele coroa o processo de constituição de uma nova autoimagem profissional. Conforme Netto (1999, p. 95) analisa,

[...] os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.

Discutiu-se, portanto, acerca de projeções coletivas, uma imagem ideal construída coletivamente a partir dos interesses e necessidades de determinado grupo social, diante das respostas que esse deve dar à realidade.

### 3.3 SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

O termo sociojurídico data recente na história do Serviço Social brasileiro. Ele surge, a partir da publicação de uma edição da revista Serviço Social e Sociedade nº 67, de 2001, com artigos que versavam sobre a inserção profissional no Poder Judiciário e no sistema penitenciário.

Logo em seguida, a comissão organizadora do 10º CBAS (realizado em 2001 no Rio de Janeiro) programou a realização de um painel para a apresentação de trabalhos de profissionais que abordassem questões relacionadas a esse espaço socio-ocupacional. A partir de então, várias foram as iniciativas para se aproximar e conhecer melhor a atuação dos profissionais nessas instituições. Assim, a deliberação do 32º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em 2003 em Salvador, foi um marco, conforme segue:

Realizar o primeiro Encontro Nacional de Serviço Social na área sóciojurídica, precedido de Encontros Regionais/Estaduais, no 33º Encontro Nacional CFESS/CRESS (2004), considerando a necessidade de ampliar, articular e aprofundar este debate (CFESS, 2003, p. 19).

O evento, aprovado em 2003, ocorreu em 2004, em Curitiba (PR), intitulado 1º Seminário Nacional do Serviço Social no Campo Sociojurídico. Neste seminário, entre outras discussões, foi recomendado que os CRESS de todo o país discutissem e sistematizassem elementos que caracterizassem o exercício profissional nesse campo. (FÁVERO, 2012, p. 123).

O 2º Seminário Nacional do Serviço Social no Campo Sociojurídico realizado nos dias 29 e 30 de outubro de 2009, ocorreu em Cuiabá (MT), com o título “Serviço Social no campo

sociojurídico na perspectiva da concretização dos direitos”<sup>35</sup>, tendo seu material editado e divulgado em 2012, três anos após a realização do evento.

A inserção profissional no Judiciário e no sistema penitenciário data, no Brasil, da própria origem da profissão. Iamamoto e Carvalho (1982) revelam, por exemplo, que um dos primeiros campos de trabalho de Assistentes Sociais na esfera pública foi o Juízo de Menores do Rio de Janeiro, então capital da República. Emergente, diante dos problemas relacionados a “infânciaproblemática edeliquente”, o Serviço Social é incorporado a essa instituição como uma das estratégias de manter o controle almejado pelo Estado sobre esse problema, que se agravava no espaço urbano.

A elaboração do Novo Código de Menores, em 1979, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, provocaram uma significativa expansão de atuação do Assistente Social, o que levou os profissionais a se debruçarem sobre as práticas desenvolvidas nessas instituições que estabeleciam relação direta com o universo jurídico. (FÁVERO, 2003).

No campo prático, o jurídico tem se apresentado, fundamentalmente, como estrutura complexa de manutenção do *status quo*, defesa da estrutura do capital e de suas leis de proteção à propriedade privada e ao desenvolvimento da taxa de acumulação. Instalam-se, portanto, os fundamentos do Estado Burguês, que oculta as conexões determinantes da realidade social, baseadas em um desenvolvimento societário pela via da exploração e das diversas formas de exploração e dominação.

Pensar o universo jurídico parece, então, tarefa fundamental, uma vez que a sociedade vivida está repleta de leis e instituições que defendem os bens socialmente determinados e que em nada representam o discurso de igualdade. Na realidade, demonstram a luta de classe e a defesa de bens jurídicos, construídos sob uma base moral conservadora, e que muito anulam o desenvolvimento humano pela lógica da emancipação. Nesse sentido, o bem maior é a propriedade, e a justiça será a permanência da lei e da ordem das coisas, que, ao fim, são reprodutoras das desigualdades que existem e se reproduzem no que concerne ao modo de produção capitalista, o qual é o determinador da questão social.

Cabe aos Assistentes Sociais, detentores de um poder profissional conferido pelo saber teórico-prático, questionar a lei, sua relação de classe e mais: os complexos que a determinam. O posicionamento técnico tem a potência de influir na tomada de decisão, pelas figuras de autoridade, nesse contexto “nosso papel não é o de ‘decidir’, mas o de criar conhecimentos

---

<sup>35</sup> Acesse a publicação deste segundo encontro em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM\\_SS\\_SOCIO JURIDICO-CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM_SS_SOCIO JURIDICO-CFESS.pdf)>

desalienantes sobre a realidade, a ser analisada para se deliberar sobre a vida das pessoas”. (BORGIANNI, 2012, p. 64) com as quais estabelecemos compromissos éticos e políticos.

Portanto, no que concerne à prática profissional do Assistente Social no sociojurídico, ela requer mediações entre as situações postas no cotidiano profissional e numa realidade social mais ampla. Tal prática demanda ações articuladas, planejadas e corresponsabilizadas entre os gestores, outros profissionais, que se encontram na ação final das políticas, bem como na defesa dos direitos humanos, no sentido de romper com a reprodução das desigualdades.

Dessa maneira, o campo sociojurídico se apresenta sob uma perspectiva singular para a atuação profissional, que percebe o direito como um complexo repleto de contradições. Possibilita, portanto, a ação em busca de novos sentidos para as relações sociais, na direção da emancipação e diferente da reprodução da ordem estabelecida.

No ano de 2009, houve um esforço da categoria em mapear a inserção do Serviço Social no sociojurídico<sup>36</sup>. No caso das instituições policiais, dos programas e das políticas de segurança, foram utilizados dados solicitados aos CRESS pelo CFESS ao final do ano de 2012, mas apenas três estados fizeram a devolução a partir dessa solicitação mais recente. O Ceará registrou três profissionais na Polícia Rodoviária Federal; o Maranhão, 11 profissionais e o Rio Grande do Sul identificou um profissional em Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

A coleta objetivou conhecer o Serviço Social a partir de alguns elementos, os quais cabe aqui destacar: espaço sócio-ocupacional, número de profissionais, vínculo trabalhista, nomenclatura do cargo, carga horária, salário, gratificações, chefias, trabalho interdisciplinar, articulação intracategoria, condições de trabalho com base na Resolução CFESS nº 493/2006<sup>37</sup> e atribuições profissionais. Deve-se ressaltar que a coleta apresentou alguns limites, relacionados à ausência de dados da região Nordeste, e do estado de Santa Catarina, na região Sul. (CFESS, 2014, p. 32).

Os dados acerca dos espaços sócio-ocupacionais permitem identificar que, dentre as instituições pesquisadas, como o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Medida Socioeducativa, o Sistema Penal, a Defensoria e a Segurança Pública, o Poder Judiciário é

<sup>36</sup> Faz-se necessário chamar a atenção do leitor para uma observação importante. Este material é o mais recente do conjunto CFESS/CRESS, cuja publicação ocorreu 5 anos depois de os dados serem coletados (o que provavelmente os torna desatualizados), além de apresentarem lacunas para analisar o perfil dos Assistentes Sociais no setor sociojurídico brasileiro.

<sup>37</sup> A referida resolução dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Leia mais em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf)

aque maisemprega, o que corresponde a um percentual de 74,19%; seguido pelo Sistema Penal, com 11,87%. O espaço sócio-ocupacional, com menor empregabilidade para os Assistentes Sociais, no momento da coleta, é a Defensoria Pública, num total de 0,44%.

No que tange ao número de profissionais distribuídos no país, a exceção da região Nordeste, a referida pesquisa apontou que, em 2009, a maior parte dos profissionais, ou seja, 79,02%, encontra-se na região Sudeste. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam números próximos, a primeira com 7,68% e a segunda com 7,45%. A região Sul apresenta percentual inferior, com 5,83%.

Quanto ao vínculo de trabalho, não foi possível contabilizar quantos profissionais estão inseridos em cada modalidade de vínculo, pois nem todos os estados apresentaram os dados. Entretanto, observa-se que o vínculo estatutário se sobressai na medida em que aparece em três delas (Judiciário, Ministério Público e Sistema Penal) dentre todas as regiões participantes da coleta. Todavia, também se apresentam variações de modalidades de contrato, como celetistas, comissionados, temporários, cedidos, terceirizados.

As instituições que apresentam maior variedade de modalidades contratuais são as seguintes: o Poder Judiciário, as de execução de medidas socioeducativas e o sistema penal. As que apresentam menor variedade de vínculo são o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Segurança Pública, sendo espaços relativamente recentes de acomodação dos profissionais do Serviço Social (pós anos 2000).

Esse dado demonstra as transformações vividas pelos trabalhadores nos últimos anos, quanto à desregulamentação das relações de trabalho. A precarização dos salários (como veremos a seguir), a rotatividade dos vínculos empregatícios, traz efeitos importantes quanto a atomização dos trabalhadores, perda do poder junto aos empregadores, bem como, no rebaixamento da qualidade dos serviços oferecidos à população.

Quanto ao salário, o dado demonstra que entre os empregadores, o Judiciário apresenta os maiores salários, com a média nacional de 8,55 salários mínimos; seguido pelo Ministério Público, com média nacional de 6,91 e a Segurança Pública, com 6,7. Depois, têm-se as medidas socioeducativas, com 4,55 de média, a Defensoria Pública, com 3,55 e o sistema penal, com 3,09. É o sistema penal que apresenta os salários mais baixos, instabilidade no vínculo trabalhista e o maior nível de precarização comparativamente aos demais.

Faz-se necessária uma observação diante do dado acima apresentado. O setor que mais emprega o Assistente Social é a assistência social (passando até mesmo da política de saúde). Esta política é a que mais emprega em decorrência da implantação/implementação do SUAS,

justamente em um contexto de centralidade da política de assistência como a “salvadora da pátria”, inclusive, desconstruindo a ideia de seguridade social. De outro ângulo, é vastíssima a literatura que discute as situações *de* e *no* trabalho do Assistente Social na assistência.

Nesta mesma direção de análise, em que pese uma maior incidência de requisições e responsabilidade para a assistência social, por ser uma política pública transversal a todos os segmentos sociais, outras políticas sociais podem e devem fazer parte da intersectorialidade que assegura a proteção social [...] Da mesma maneira, as chamadas seguranças sociais concebidas no SUAS (acolhida, convivência/vivência familiar, autonomia e renda) não se realizam na órbita exclusiva da assistência social. (CFESS, 2014, p. 89).

O que os textos vêm mostrando na área da segurança e até do Serviço Social é essa forte tendência da militarização da vida social, da criminalização da pobreza, da lógica da tolerância zero e da perspectiva punitiva se sobrepôr à educativa, preventiva. Neste contexto de agudizamento das expressões da questão social o Serviço Social deve estar “atenado”, outro motivo que deveria impulsionar maiores e mais profundas análises da categoria profissional (sem se desvincular de articulações mais amplas, obviamente).

No tocante às gratificações, as informações não apresentaram maior detalhamento sobre elas. Dos dados coletados, de modo geral, estão afetadas as condições de risco no ambiente de trabalho (periculosidade, risco de vida, insalubridade). Em algumas instituições, como no Judiciário, no Ministério Público, nas medidas socioeducativas e na Segurança Pública, têm-se as gratificações vinculadas ao plano de cargos e carreiras ou a acréscimos relativos a tempo de serviço e formação<sup>38</sup>. Não se fala na pesquisa em que lei estão respaldadas essas informações. No tocante à Paraíba, como foi enfatizado acima, não há dados da região Nordeste.

No que tange à carga horária, fica demonstrada a diversidade de carga horária dentro da mesma região e instituição. A única instituição que regula a carga horária em 30 horas, é a Defensoria Pública, sendo esta, como já foi destacado, a que menos emprega. A região onde a carga horária de 30 horas prevalece é a Norte, seguida do Centro-Oeste. A região Sudeste se mostra intermediária às demais e a Sul a mais refratária a adotar as 30 horas.

Sobre esse aspecto, não há como não destacar que a Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que prevê a jornada de 30 horas semanais para o Assistente Social, foi aprovada após a coleta desses dados, o que, de certa forma requer uma visão mais atualizada.

---

<sup>38</sup> Não se fala na pesquisa em que lei estão respaldadas estas informações. No tocante a Paraíba, como foi enfatizado no decorrer do subitem, não se faz presente dados da região Nordeste.

No que se refere às condições éticas e técnicas para o trabalho do Assistente Social, em consonância com a Resolução CFESS nº 493/2006, as regiões registraram, em 2009, informações genéricas. Seguindo itens especificados, referentes à questão da adequação do espaço físico (local de atendimento, arquivos para material técnico de caráter reservado, garantia de privacidade do usuário durante o processo de intervenção profissional) o sistema prisional foi o que teve mais destaque quanto aos registros de condições precárias.

Ao mesmo tempo, faz-se necessária a urgência de se discutir/aprofundar as análises neste contexto de caminho para a barbárie, cuja estratégia em destaque está sendo a segregação dos pobres, seja através do aumento da população carcerária, sem as mínimas condições estruturais dessas instituições darem conta de tamanha demanda (tendência de privatização das estruturas públicas, a seguir analisadas), seja através de pacificações, a exemplo das UPPs no Rio de Janeiro<sup>39</sup>.

Diante dessa demanda, surgiu uma forte tendência, também presente no contexto internacional, para o desenvolvimento dos programas da política de ressocialização, a partir do princípio de privatização das estruturas públicas, a exemplo de outras políticas públicas, especialmente as sociais, que vêm adotando o modelo privatista e gerencialista para a formulação e execução delas. (BEHRING, 2003).

A defesa da privatização tem se apresentado de dois modos: terceirizam-se as funções de manutenção e gerenciamento das unidades prisionais (neste caso, a estrutura física e as vagas nas prisões seriam públicas, apenas os serviços seriam privatizados; em outro caso, tem-se a privatização por completo.

Cumprindo observar que, com a privatização do sistema prisional, a população carcerária passaria a se constituir em instrumento de superlucro para a administração prisional privada.

Diante de tais observações, faz-se necessário apresentar sucintamente os espaços sócio-ocupacionais que compõem o sociojurídico, os quais destaca-se: Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Execução penal e sistema prisional; Execução de medidas socioeducativas; Programas na área de políticas públicas de segurança; Serviço de Acolhimento Institucional/Familiar. O alvo do presente trabalho é a Segurança Pública, como espaço sócio-ocupacional do Assistente Social que compõe também o sociojurídico.

---

<sup>39</sup> Segundo Netto (2010) desde 2008, uma nova política de segurança vem sendo implementada: a que desloca a militarização do domínio do *confronto direto* para a *ocupação territorial*; áreas onde vivem populações de baixa renda como, por exemplo, favelas e comunidades que são ocupadas por unidades de polícia pacificadora/UPPS, que levam a “lei” e a “ordem” a esses locais. Essa estratégia, ainda em experimentação, está ligada diretamente a interesses econômicos de valorização/especulação imobiliária (interesses especialmente potencializados em razão das intervenções urbanas exigidas para a realização da Copa do Mundo (2014) e, sobretudo, para que a cidade sedie os Jogos Olímpicos de 2016.

As atribuições dos profissionais na Segurança Pública estão voltadas para orientação sobre procedimento de coleta de provas, avaliação social, orientações a vítimas, acompanhamento e orientação dos servidores, desenvolvimento de ações socioeducativas referentes à qualidade de vida dos servidores, planejamento de políticas para os/as policiais e dependentes, mediação de conflitos, triagem de casos, atendimento ao público em delegacias, supervisão de estagiários/as de Serviço Social e pesquisas sociais (CFESS, 2014). Observa-se, portanto, que a atuação ocorre tanto no atendimento direto à população, quanto na área de recursos humanos.

Diante das informações apresentadas, discutiremos no próximo capítulo os dados coletados na pesquisa de campo, bem como teceremos reflexões pertinentes a pesquisa de campo.

#### 4 DISCUTINDO A SERGURANÇA PÚBLICA COM OS DISCENTES: UMA POLÍTICA RELACIONADA COM O SERVIÇO SOCIAL?

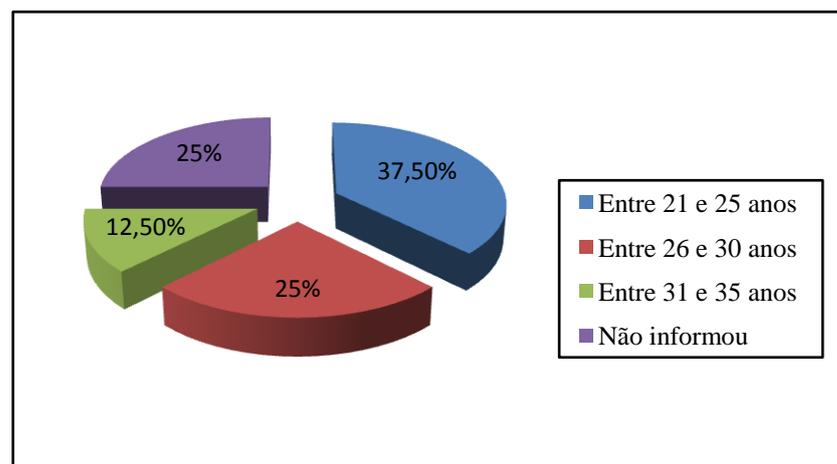
Neste Capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa, incluindo o perfil dos discentes participantes do presente trabalho monográfico. Em seguida, haverá análises e discussões acerca dos dados coletados na pesquisa de campo, momento em que serão apresentadas as reflexões pertinentes à pesquisa de campo realizada na Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, no período do mês de junho de 2014.

##### 4.1 PERFIL DOS DISCENTES ENTREVISTADOS

No que se refere ao perfil sócio-econômico e cultural das entrevistadas, foi priorizada as seguintes questões: qual era a idade; o gênero; o estado civil; o nível de escolaridade, a ocupação laboral e a renda que auferia mensalmente.

No que diz respeito à idade, foi possível constatar que há um percentual baixo (12,5%) de discentes com idades entre 31 e 35 anos. As discentes com idades entre 26 e 30 anos e aqueles que não quiseram informar, são iguais, equivalentes a 25% do contingente de estudantes do curso de Serviço Social da instituição, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 01 - Idade

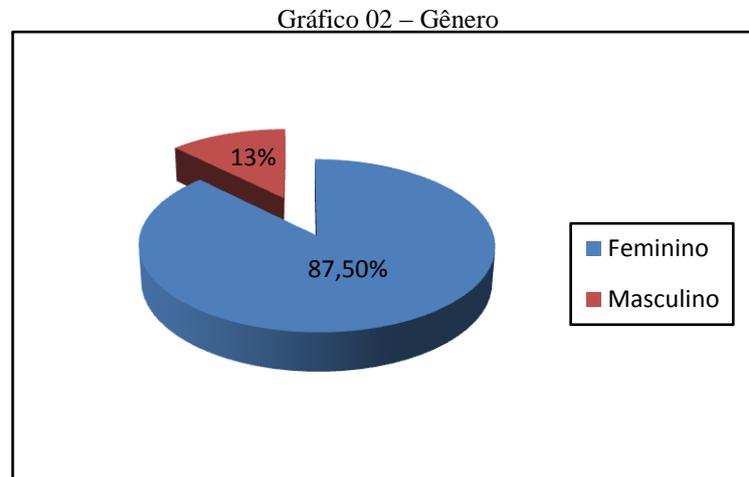


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dessa forma, observando o Gráfico 01, percebe-se que o perfil das discentes é de um público jovem, onde 37,5% está entre 21 e 25 anos e que, ao se somar com a idade até 30 anos

(corresponde à maioria), constata-se que elas não passaram tempo considerável sem cursar uma graduação, ou seja, saíram do ensino médio para a universidade.

Observa-se, no Gráfico 02 a seguir, que a maioria das entrevistadas (87,5%) é do gênero feminino, tendo apenas 12,5% do gênero masculino.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

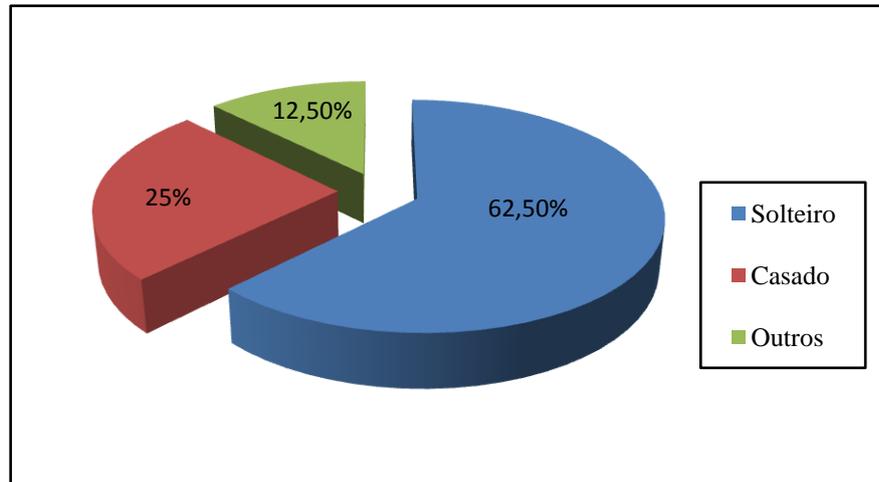
Dessa forma, pode-se destacar que a maioria das discentes do curso de Serviço Social é predominantemente do sexo feminino, o que não é surpresa, haja vista que desde a sua gênese, o Serviço Social está eminentemente vinculado à profissionalização da caridade e da filantropia, das damas da caridade emergentes na Igreja Católica, através do humanismo cristão, enfocando, sobretudo, questões de natureza moral e orientação conservadora.

No Brasil, segundo Iamamoto, o Serviço Social surge no início da década de 1930 através do movimento de “reação católica” e “é respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristalização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo liberal”. (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

No entanto, este fato não causou surpresa, já que ainda hoje persiste o predomínio de profissionais do gênero feminino. Contudo, cabe destacar que, apesar dessa ocorrência da inserção de mulheres no curso de Serviço Social ser algo recorrente, percebe-se um número (ainda muito tímido) de homens no curso em destaque.

Conforme mostra o Gráfico 03, a seguir, com relação ao estado civil, verifica-se que 62,5% das discentes entrevistadas são solteiras. Há, ainda, um percentual baixo de discentes que não quiseram informar (apenas 12,5%) e 25% das entrevistadas são casadas.

Gráfico 03 – Estado civil



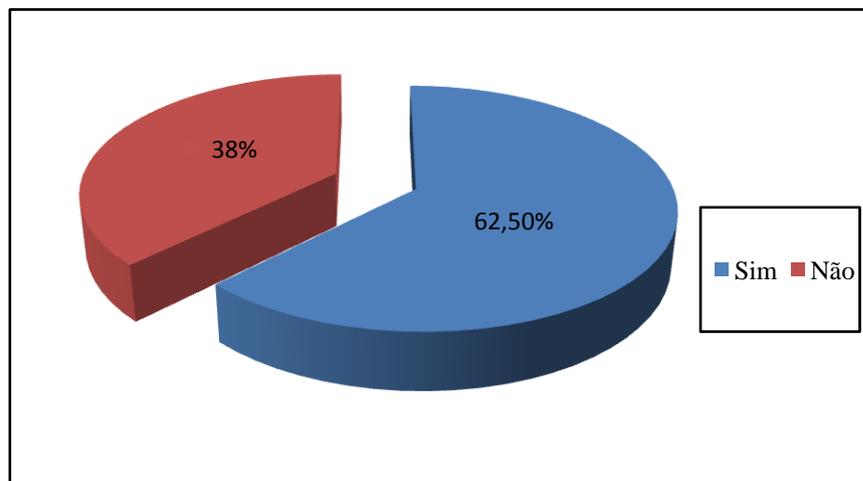
Fonte: Dados da pesquisa(2014).

O que se constata é que todas essas discentes, independentemente do estado civil, estão buscando conquistar seu espaço e respeito profissional, bem como sua independência financeira.

No que diz respeito à escolaridade das discentes, constatamos que 100% delas têm ensino superior incompleto, e que não têm outra formação (curso técnico e/ou graduação).

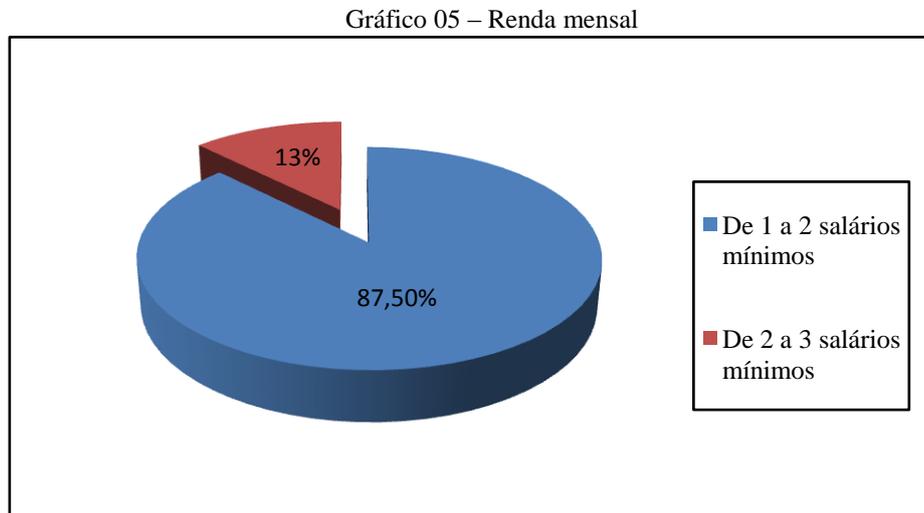
Identifica-se, conforme o Gráfico 04, que a maioria (62,5%) das discentes entrevistadas exerce alguma atividade laborativa (o que é uma realidade marcante no curso, em especial no turno da noite) e 38% não trabalham.

Gráfico 04 – Atividade laborativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

No que se refere à renda mensal das entrevistadas, conforme o Gráfico 05, percebe-se que a maioria (87,5%) das discentes recebem entre 1e 2 salários mínimos e 13% recebem entre 2 e 3 salários mínimos.



Fonte: Dados da pesquisa(2014).

Após essas breves considerações acerca das entrevistadas que participaram da pesquisa de campo, discutir-se-ão, adiante, as respostas às questões que buscaram atender ao que se propôs nos objetivos do presente estudo.

#### 4.2 DISCUTINDO OS DADOS DA PESQUISA

Ao indagarmos sobre qual a compreensão das discentes a respeito da política de Segurança Pública, tivemos concepções variadas. A primeira diz respeito ao *não conhecimento, incompreensão* de tal política, na qual apenas uma das indagadas respondeu em conformidade com a referida concepção, como apresentado a seguir:

Na verdade, compreensão eu não tenho nenhuma, porque eu não tenho fundamento para isso, certo?! É... (não sabia responder) eu não tenho como (risos), eu não vi isso, eu não tenho compreensão (E1).

Outra que fora entrevistada entendeu a Segurança Pública é algo *comprado*, como mera mercadoria, na qual apenas uma das entrevistadas respondeu em conformidade com a referida concepção, como apresentado a seguir:

Que a Segurança assim como saúde, educação, ela é algo comprada, né? Segurança é para quem tem dinheiro. Segurança é para quem tem dinheiro de botar cerca elétrica, para quem tem [pensativo]... Segurança é para os ricos na sociedade que a gente vive, capitalista, né? Que é isso que a gente vê, o pobre ele não tem direito a segurança nenhuma: ele vive na margem social, assim, vulnerável, e é essa concepção mais do social que eu vejo, no contexto geral (E2).

A E2 acredita que, assim como as demais políticas setoriais neste contexto de desmonte dos direitos sociais, a segurança também segue a tendência de mercadorização/privatização. Entretanto, percebe-se uma análise um tanto restrita a essa lógica transformada em mercadoria. Ao mesmo tempo, demonstra pouco conhecimento acerca dos órgãos que compõem essa política. A Segurança Pública não se resume à Polícia, já que existem outros órgãos que desempenham atribuições similares (ex: Corpo de Bombeiros, Guarda Civil Municipal, Conselhos de Segurança).

Apesar da igualdade formal explícita na CF<sup>40</sup>, os indivíduos com maior poder aquisitivo, têm, como um “plus”, a segurança privada. Isto não quer dizer que as camadas mais empobrecidas da sociedade não tenham contato com os agentes, a exemplo das UPPs<sup>41</sup>, que são implementadas nas “favelas, comunidades” e que não deixa de ser um órgão que venha a efetuar uma vigilância constante dos favelados, considerados “perigosos”, como também conter os crimes nesses locais e que, de certa forma, venham a refletir para as classes com maior poder aquisitivo, “impedindo” que os crimes cheguem até seu território. Assim, para uma maior análise acerca da implementação e acesso da população a esta política, mais cuidadosa deve ser a reflexão sobre o *como* que sobre o *se* está sendo efetivada para determinadas camadas da sociedade neste contexto de retração dos direitos sociais.

Segundo a entrevistada (E3), a política de Segurança Pública foi apreendida como estratégia apenas *punitiva e paliativa*, conforme depoimento a seguir:

Bom, minha compreensão é que é uma política punitiva e paliativa que age diretamente nas consequências e não na causa do que... (pensativo) Como eu posso dizer... Ele [o policial] prende uma pessoa porque roubou uma

<sup>40</sup> Conforme o Art. 5º da CF “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Leia mais em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988\\_05.10.1988/art\\_5\\_.htm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_5_.htm).

<sup>41</sup> As UPPs promovem, portanto, uma regulação armada de determinados territórios considerados estratégicos para a realização de um modelo empresarial de cidade, uma regulação que é impulsionada, em grande medida, pelos megaeventos. Com isso, elas aglutinam modalidades de intervenção urbana e segurança pública num contexto marcado pela conjunção de crise urbana e crise do Estado. Nessa perspectiva, reatualizam de maneira direta e indireta a vocação secular do Estado brasileiro para tratar a questão social como “caso de polícia” e compõe o volumoso aparato vigilante, coercitivo e repressivo (em parte, privatizado) que, articulado a políticas pontuais e fragmentárias de compensação social (à base de ONGs), forma um quadro de “administração” da crise e da barbárie social (BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. 2013, p. 99-100).

margarina, mas não sabe por que ela roubou a margarina, então ela vai continuar reincidente naquilo, se a causa não for mudada, trabalhada (E3).

Diante da fala da E3, pode-se observar que é como se o policial agisse apenas na parte punitiva, de estar ali na rua, contendo os “desajustes” ocasionados pelos “marginais”. Só que não é bem assim: a Polícia Militar não tem apenas o caráter punitivo; tem-se, aqui na Paraíba, a título de exemplo, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência<sup>42</sup> (PROERD), que desenvolveu com o objetivo primordial de atuar na *prevenção* do uso de drogas por crianças e adolescentes. O programa é desenvolvido em parceria com as escolas e é direcionado para crianças e adolescentes de 4<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> séries do Ensino fundamental.

Outra entrevistada relacionou a temática com o fato de o sistema de Segurança Pública estar *precarizado, insuficiente, antigo e ultrapassado*. A este respeito, duas pessoas abordaram os seguintes aspectos:

Bem, se a gente for falar no contexto geral, o sistema de Segurança Pública está precarizado, não têm, eles na mídia, mostram uma coisa, principalmente no período assim, de política, de quando vai mudar a gestão, não só na Polícia, mas em outros cargos, aí mostra uma, uma [gaguejou] segurança que está sendo efetivada de fato como diz ele, mas quando você vai no papel, quando você vai para a realidade, você vê que é uma defasagem muito grande (E4).

É devassada, insuficiente [gaguejou], e, e... Não se efetiva na prática. É antiga e ultrapassada (E5).

A segunda concepção que apareceu com maior frequência foi a que versa sobre a política de Segurança Pública de modo mais positivo, inscrita na perspectiva dos direitos sociais, com o objetivo de *legislar, proteger o cidadão, manter a segurança dos indivíduos*. Foram três as entrevistadas que apontam essa concepção como compreensão a respeito da política de Segurança Pública.

Eu acho que é uma política que visa é les, les, legislar [gaguejou], ou seja, é uma lei que ta, ta[gaguejou] escrita lá para, de certa forma, visa a proteção do cidadão (E6).

Bom, é um direito que se responsabiliza em manter a segurança dos indivíduos, dos **atos infracionais** cometidos pelos sujeitos que entra em conflito com as leis determinadas [...] Ela é altamente necessária para manter a ordem, o equilíbrio social (E7).

<sup>42</sup>Leia mais em: <http://www.pm.pb.gov.br/sites/6bpm/proerd.html>

Eu acho que é a política destinada, né? A responsável por fazer a segurança da população (E8).

Diante das falas acima, destaca-se o seguinte fato: as entrevistadas veem a polícia apenas como um agente de contenção, que está em um posto acima de toda a sociedade e como se a segurança dependesse única e exclusivamente do órgão em destaque, como se a polícia fosse o “super-herói” e tivesse o poder de conter os sujeitos, mediante ação policial, responsável por manter a ordem e o “equilíbrio” social.

Tal concepção induz a cair nas armadilhas do sistema capitalista. Culpar o indivíduo por viver naquela situação de extrema vulnerabilidade (os quais são vítimas do sistema) e considerar que a polícia seja a salvadora, remete a análises unilaterais, as quais denunciam a falta de atenção dispendida sobre esse problema, o qual vai muito além dos indivíduos e dos policiais: trata-se de um problema macroeconômico, no qual os sujeitos em questão são vítimas desse sistema burguês, violento e excludente.

O que analisamos em meio às falas expostas reiteram uma concepção da política em destaque de modo muito restrito. Tal afirmativa foi endossada quando interpelamos sobre qual compreensão estes sujeitos da pesquisa tinham sobre a Polícia, obteve-se opiniões variadas: houve quem respondesse que a polícia é positiva (04 entrevistadas), entendendo-a como um órgão necessário para a *ordem ser estabelecida, visando à proteção no sentido da efetivação da lei, agente de contenção, órgão responsável pela segurança*:

Que é necessária, né? Para a ordem ser estabelecida (E1).

Da polícia? Acho que é um órgão que visa essa proteção no sentido da efetivação a essa referida lei, a política de Segurança Pública (P6).

Bom, a polícia é um agente de contenção, né? De apreensão dos fatos infracionais, tanto dos fatos, como também da averiguação dos casos, de...De [gaguejou]...investigar, de analisar, de apreender, todos esses atos que foram cometidos, esses atos infracionais e também dos indivíduos que **não se comportaram** de acordo com a lei (E7).

E a polícia, é o órgão, as pessoas responsáveis por fazer essa segurança (E8).

Mais uma vez, a impressão que se tem é que as análises são limitadas à ordem burguesa. São usados termos de *ajustamento à ordem* nas entrelinhas das falas. É como se se retomasse os modelos de Caso, Grupo e Comunidade, que seguem a ideia de ajustamento do indivíduo à ordem, por meio da ajuda psicossocial, a fim de promover a (falsa) sensação de um equilíbrio social.

As que compreendem a Polícia em um sentido negativo foram quatro. Essa compreensão negativa, atribuída à Polícia, se revelou através de uma concepção de *polícia privatista, braço armado do Estado, profissionais brutos, truculentos, violentos, preconceituosos*, de modo que foi destacado, em uma das falas (E3), a *baixa remuneração, treinamento inadequado*, bem como a *não valorização* desses profissionais.

Bom, por experiências pessoais, eu acho que a polícia assim [...] trabalha diretamente só na parte física de como eles vão ter que trabalhar diariamente é [na] imobilização, é nessa parte punitiva [...] são brutos, truculentos, violentos, preconceituosos em diversas áreas e muitas das vezes **corruptos**, porque ganham um salário de miséria, a gente também tem que ver esse lado, não são valorizados e realmente eles trabalham com o lado muito complicado, porque não é fácil você trabalhar todo dia, sair de sua casa e trabalhar, arriscar sua vida, porque eles também estão arriscando a vida deles e pra ser mau remunerado e não têm um tratamento adequado, nem um treinamento (E3).

Mais uma vez destaca-se o policial na parte punitiva, que está em exercício apenas para reprimir, portanto, analisando de maneira restrita, como exposto anteriormente.

Vale destacar, também, as que sinalizaram certa sensibilidade em relação às condições de trabalho dos policiais, os quais sofrem rebaixamento salarial, condições precárias no setor de trabalho, pressão hierárquica e que tais fatores, muitas vezes, vêm a refletir na sua própria saúde, tornado-os usuários do álcool, das drogas, pessoas depressivas, não tendo um bom relacionamento até mesmo com as suas famílias.

Que a polícia (pensativo), vai estar ali junto com essa concepção de segurança né, num sentido mais privatista, num sentido que o preto, pobre sempre vai ser o marginal para ela [...]. E a polícia, tipo uma música de Titãs que fala “Polícia pra quem precisa”, né? Quem é que vai precisar da polícia, porque quando a gente vê num sei quantos carros de polícia, novos, blindados, tal, porque esse investimento não se dá na educação, para que esses marginais, entre aspas, não tenham uma perspectiva de vida diferente, né?, daquelas que já tá ali posta a ele, naquela situação que ele cresceu (E2).

A Polícia é uma fachada do Estado, é o braço armado do Estado, e **só serve** pra reprimir, quando vem uma medida de segurança pública, é o UPP, que é unidade de polícia para pobre, que já é bem destacado. Segurança? O que é segurança? Para que é, para quem [gaguejou] é a polícia? Polícia é para reprimir pobre; polícia é pra reprimir pobre nessa sociedade da gente, o papel da polícia é esse (E5).

Pondera-se que as respostas acima não levam em consideração o processo histórico, os sujeitos envolvidos nesta política, bem como a contradição deste espaço, apesar de suas

particularidades (hierarquia, truculência, violência institucional aos subordinados, etc). Esta instituição também se configura como um espaço potencial de questionamento, tensões, contestações e lutas contra esta ordem estabelecida, onde o Assistente Social desempenha papel estratégico (apoiado por uma capacitação teórico-metodológica, com base na teoria social crítica, em princípios éticos e político-ideológicos) voltados às demandas da classe trabalhadora.

Quando indagados sobre se tinham conhecimento da temática (política de Segurança Pública) e através de que, as respostas foram unânimes: não tinham um conhecimento aprofundado sobre o tema e o que sabiam era resultado dos acontecimentos diários, da mídia, portanto, do senso comum. Esses aspectos podem ser identificados nas falas abaixo:

Não, pelo menos universidade a gente não vê nada a respeito (E1).

Não, isso aí é uma coisa pessoal que você vai vendo assim no dia a dia e o que a gente vê no curso é sobre essa questão de desigualdade social e tem um pouco essa visão, assim, né? (E2).

A desigualdade social está relacionada com a implementação da segurança pública com as discussões dos conteúdos programáticos de disciplinas como processo de trabalho, desenvolvimento capitalista, questão social e com política social. Neste sentido, as características desta política setorial, bem como as respostas às expressões da questão social através da segurança pública permeiam as discussões nessas temáticas, como nos demais setores. Daí a urgência em contemplar a discussão na formação, a qual reside, dentre outros fatores, no contexto de militarização da vida social: o que se verifica, nas palavras de Netto (2012) é que o belicismo passa a incluir as políticas de Segurança Pública em períodos de paz formal e se estende como negócio capitalista privado à vida na paz e na guerra.

A repressão estatal se generaliza sobre as “classes perigosas”, ao mesmo tempo em que estimula a utilização das “empresas de segurança” e de “vigilância privada”. Tais empresas crescem 300% ao ano (desde 2001) – a maioria delas, curiosamente originadas nos Estados Unidos (NETTO, 2012). Tal contexto elucidada que a repressão vem se tornando um estado de guerra permanente, dirigido aos pobres, aos desempregados, aos trabalhadores informais.

Essa dimensão repressiva do Estado burguês conjuga-se com outra dimensão: o novo assistencialismo, mediante as chamadas “parcerias público-privado”, que configuram as

políticas sociais implementadas para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea, a qual tem, como discurso, enfrentar a pobreza extrema.

Segundo a análise de Netto (2010), A “Declaração do Milênio”, elaborada em 2000, mediante consenso na Organização das Nações Unidas tem por proposta “libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições de extrema pobreza”. Ou seja, a proposta é, em 15 anos, reduzir a extrema pobreza *pela metade*. Porém, apesar de esses relatórios terem sido preparados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ainda que enfatizem ganhos deste programa), eles deixam claros que seus objetivos minimalistas dificilmente serão alcançados.

É precisamente esse minimalismo que tem caracterizado os vários programas de transferência de renda, que têm sido implementados em alguns países centrais e periféricos. À medida que não se efetivam com transformações estruturais, eles acabam por caracteriza-se como programas emergenciais e assistencialistas. A articulação orgânica de repressão às "classes perigosas" e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da "questão social" constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie atual. (NETTO, 2012, p. 423-425).

Não, só através do cotidiano, do que a gente vê na televisão e da vida (E3).

Não, infelizmente [...] a gente não teve esse conhecimento, não foi compartilhado conosco, principalmente no quesito da disciplina de política social, como é uma disciplina que a gente paga no curso, que tem por obrigação nos orientar a respeito do conhecimento das políticas sociais aí assim infelizmente, não teve, não teve essa explanação, mas seria muito importante se tivesse (E7).

Conhecimento da política de segurança em si, em si mesmo, eu acho que eu não tenho pra dizer assim, meu deus, eu conheço assim a política de segurança, mas assim, conhecimento, só de discussão às vezes em sala, de alguma coisa que aconteceu no dia a dia somente, mas conhecer mesmo, não conheço não (E8).

Diante das falas, remete-se à seguinte análise: na qualidade de discentes, não lhes é disponibilizado pelo curso existe um componente curricular que venha a contemplar a Segurança Pública de modo específico. Tal fato, entretanto, não pode levar a que se caia no fatalismo de que a política em tela seja algo desconectado da questão social.

É justamente neste sentido e tendo tais considerações como horizonte, que se indaga se a política de Segurança Pública, em algum momento, foi discutida em sala de aula. As respostas também foram negativamente unânimes. Só em debates é que os próprios discentes

fomentaram a abordagem sobre assuntos cotidianos. Estes aspectos podem ser identificados nas falas abaixo:

Não, o que é um erro, não é? Porque um curso que trabalha com tantas políticas e a gente não vê a política de Segurança, é uma falha [...]. Eu acho que o curso é muito falho, tem muita coisa repetitiva, como questão social que a gente bate tanto na tecla e outras coisas que são necessárias, a gente não vê [...] o conhecimento é bem limitado (E1).

A política de Segurança Pública em si não, a gente não tem essa concepção, a não ser que a gente busque fora, não é? Lendo, assistindo [televisão] e tal [...] o curso ele é debilitado, assim... Suas cadeiras: tem cadeiras que a gente passa seis meses vendo, como Direito, que eu acho que a gente deveria ver Direito em um ano, só um exemplo assim [...] também tem a questão de, às vezes, não tem aula, todo esse problema que a gente sabe na UEPB [...] e tem cadeiras que eu vejo que tem uma carga horária que deveria ser acrescida e têm outras que não deveriam nem estar lá e deveriam ser substituídas por outras, a exemplo da de uma cadeira que pudesse falar mais sobre Segurança Pública (E2).

Em alguns debates que a gente mesmo provoca, mas em disciplinas que, como questão social, mas não diretamente falando sobre a política de Segurança Pública para uma aula, pra falar só sobre isso ou tem uma cadeira que discuta só Segurança Pública [...] Na realidade porque a gente não tem um componente que seja para discutir só essa política, eu acho que por isso que não foi aprofundado (E3).

Observa-se, nas falas das entrevistadas, que a política de segurança não foi discutida, só em debates que os próprios alunos provocam e que gravitam no senso comum. Percebe-se que eles têm uma visão muito limitada, como se para a política de segurança pública ser discutida tivesse que ter uma cadeira específica para isso (ex: Tópicos em Segurança Pública). Referem-se a tal temática como uma questão isolada, desconectada da conjuntura macroeconômica, quando, na verdade, a segurança pública está inteiramente interconectada com outras disciplinas.

Ao indagarmos as entrevistadas se existe relação entre a política de Segurança Pública e o Serviço Social e o porquê, 07 responderam que existe relação e apenas uma respondeu que não: “Não, nenhuma” (E4). Dos 07 depoimentos, as análises convergiram para os seguintes aspectos:

Sim, com certeza, porque a política de Segurança Pública é um direito, não é? E o Serviço Social é o que? Luta por direitos, não é? Dos cidadãos, dos indivíduos, participantes dessa sociedade. Então, com certeza, tem essa questão do Serviço Social com a política de Segurança, porque é como eu já falei antes, é superimportante no sentido de manter a ordem, equilíbrio, de

colher os atos infracionais, investigar, de saber o que houve tudo mais, então, o Serviço Social com certeza como é um direito, tem esse dever de está ali inserido nessa política né, de orientar, fazer com que os direitos através da política de segurança possam ser exercidos (E7).

Sim, porque o Serviço Social é... O profissional de Serviço Social trabalha diretamente com essa, com a vulnerabilidade, com o usuário que está ali enfrentando os problemas da Segurança Pública, então é interessante que a gente tenha propriedade em falar pelo menos dos serviços básicos, das políticas básicas, e a segurança está entre elas (E3).

Eu acho que existe, não é? Embora a gente não saiba, não tenha conhecimento de como seja, mas com certeza tem, não é? Tanto que tem campo de estágio nessa área de segurança pública! Eu acho que tem a ver, porque a segurança é um direito da população e o Serviço Social está aí para viabilizar direitos, né? Então, como direito, a política de segurança tem tudo a ver com o Serviço Social (E8).

Apesar de reconhecerem a importância da aproximação/aprofundamento da política de Segurança Pública e o Serviço Social, observa-se o pouco ou até mesmo mínimo conhecimento que as entrevistadas possuem sobre a temática em destaque: com uma concepção de Segurança Pública restrita, cuja materialização dos seus objetivos ocorre mediante ação policial, e este é entendido como mero agente de contenção, responsável por manter a ordem e o “equilíbrio” sociais.

Quando questionados sobre *se* e *como* os componentes curriculares vêm problematizando esta política, 07 responderam que não. Porém, 02 entrevistadas ressaltaram que o conhecimento que tinham era proveniente de *debate entre os discentes em sala de aula sobre questões do dia a dia, do senso comum*, como podemos observar nas falas a seguir:

Não, a gente tem alguns, alguns [gaguejou]comentários, algumas discussões...assim fora, vamos dizer. Nós, alunos, em algumas rodas de conversa, mas assim, ou quando acontece de daqui dentro do curso da universidade ter acontecido alguma coisa com algum funcionário, seja ele professor, seja de outra, de outra dimensão, aí tem aquela discussão na hora, mas depois passa (E4).

Não, como eu já falei, não tem problematizada e o conhecimento que a gente tem é do senso comum mesmo, o que a gente vê no dia a dia (E8).

Diante das falas acima citadas das entrevistadas, é imprescindível apontar os cuidados que se deve ter: a maioria aponta para uma possível relação entre o Serviço Social e a Segurança Pública, entretanto, o que possuem de acúmulo é o “achismo”, o senso comum. A

margem para os preconceitos e intervenções moralizadoras fica muito maior com essa quase inexistente problematização acerca da temática em destaque.

Apenas uma das entrevistadas respondeu que, indiretamente, essa política vinha sendo problematizada, como se pode observar na fala (E5) a seguir:

Indiretamente, não é? Quando se fala de desigualdade social, questão social, sempre a gente entra nessa questão, do sistema prisional e dessa insegurança pública (E5).

Ao se indagar sobre quais as dificuldades para relacionar a referida política com a profissão, 06 responderam que a principal dificuldade seria no tocante ao fato de que “não se teve essa discussão em sala de aula, não se tem essa relação da teoria com a prática”, como se pode analisar nas falas abaixo:

A dificuldade é justamente porque a gente não viu nada, aí como que a gente vai relacionar alguma coisa, não é? Aí a dificuldade é nisso: se você, parece que não tem esse negócio da teoria/ prática, é prática e pronto, aí, enfim, você vai aprender já executando, bem diferente (E1).

Eu acho que a gente não tem realmente essa discussão, então fica difícil a gente vai direto pra prática, a gente não tem a teoria para relacionar com a prática (E3).

Eu acho que tem muitas dificuldades, por não ser discutida em sala de aula, aí fica essa grande lacuna, aí eu fico me perguntando se um dia eu conseguir um estágio em alguma área da segurança, eu vou ter muita dificuldade, porque eu não vou ter conhecimento nenhum, vai ter que começar do zero, estudar tudo para primeiro ter conhecimento dessa política (E8).

Uma das entrevistadas destacou que não existe relação entre a política de Segurança Pública e o Serviço Social, como se pode observar na fala a seguir.

No fato da gente não ter tido um estudo, aquela discussão em sala de aula e também por assim, você for parar pra analisar, não tem uma relação entre um e outra, aí você não busca aquele interesse de estar tentando conciliar uma coisa na outra (E4.)

Uma visão restrita da entrevistada, na qual relaciona a não discussão da política em tela com a não relação com o Serviço Social. Ela não percebe que, sendo uma política pública, é passível de discussão, como também está interconectada com outras disciplinas/profissões, dentre as quais destacam-seas do Serviço Social.

Uma das entrevistadas respondeu que não tem nenhuma dificuldade para relacionar a referida política com a profissão: apenas a falta de uma disciplina que venha a abordar o tema (E6).

Acho, no meu ponto de vista não tem nenhuma dificuldade, o que eu vejo é que, como eu já falei, falta uma disciplina que aborde esse tema, mas que nós sabemos que é de grande importância como eu já falei, essa abordagem da política pública no nosso componente curricular, só teria a acrescentar na nossa formação (E6).

Mais uma vez, destaca-se a falta de uma disciplina que venha a contemplar uma discussão acerca da segurança pública. E as mediações entre as disciplinas? E as relações entre os componentes curriculares? É como se a Segurança Pública fosse algo isolado e só pudesse ser discutida se tivesse em uma disciplina que viesse a falar única e exclusivamente sobre isso.

Vale destacar que o Serviço Social é uma profissão generalista, e que o arsenal de políticas a ser discutido é vasto. Entretanto, também é consensual, entre os estudiosos da área, que essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do Assistente Social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, rebaixamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 01). Assim, entende-se como um problema que vem a atingir o profissional de Serviço Social em seus espaços sócio-ocupacionais, como também no âmbito acadêmico.

Perguntou-se, às entrevistadas, se elas achavam importante a aproximação/aprofundamento desta temática para a formação profissional delas. As respostas foram unanimemente positivas, como apresentado a seguir:

Por tudo aquilo que eu já venho rebatendo, não é? Ratificando aí, que a gente trabalha com essa política e tal (E1).

Sim, e como eu já falei, é. A gente vai trabalhar diretamente com isso, querendo ou não, ou não só trabalhar, a gente é um cidadão, a gente vive na sociedade e a gente tem que saber um pouco sobre a política, saber o que é Segurança Pública e principalmente quando for trabalhar, porque mesmo sem, trabalhar na Segurança Pública, em outros serviços que você trabalhar, você vai precisar esclarecer o usuário a respeito das outras políticas (E3).

Sim, como eu já falei, é de grande valia, é de grande importância, haja vista que o Serviço Social luta pelos direitos do cidadão e essa temática só teria a enriquecer nossa formação (E6).

Quando interpeladas sobre quais as sugestões para contemplar a Segurança Pública na grade curricular do curso de Serviço Social, as respostas foram as mais variadas, ressaltando que apenas uma das entrevistadas respondeu não ter sugestões “Eu não tenho sugestão, eu não tenho leitura sobre Segurança Pública, não tenho sugestão” (E5).

Uma reformulação na grade curricular, porque é atrasada, defasada e mal organizada e outra coisa: a gente (risos), coitado do curso de Serviço Social não é? Mas é a verdade, a gente tem componentes curriculares do início da profissão, da década de 40, que não tem necessidade a gente ter hoje em dia, o mundo está mudando, a sociedade evolui, muda, e com isso o curso tem que mudar também, se reformular (E3).

Vale sinalizar que, apesar de o curso estar com uma grade curricular reformulada após as Diretrizes Curriculares de 1996, ele está passando por uma nova reforma curricular, justamente por entender o processo histórico e os rebatimentos para a formação e exercício profissional.

As sugestões é que ela fosse inserida nas discussões das demais políticas sociais, não é? Principalmente na disciplina de política social que é a disciplina que realmente você vai ter essa discussão, seria muito importante, assim, ter porque a gente sabe que o Serviço Social ele não está só embasado nessas outras, no ECA [Estatuto da criança e do Adolescente], no Estatuto do Idoso, na Seguridade Social [...]. Como a gente sabe, é uma profissão vamos dizer, generalista. Então, temos que ter essa discussão também no curso para que a gente possa ter mais conhecimento a respeito da política de segurança, que possamos valer os nossos direitos em relação a isso também (E7).

Daí a necessidade da inserção dessa discussão nas demais disciplinas, conforme apontou a entrevistada 8:

Uma cadeira eletiva ou então que algumas disciplinas responsáveis por falar de política social também acho que se encaixaria falar um pouco dessa política, outras disciplinas também que se aproximassem dessa temática também poderia falar, não é? Porque se não fosse possível a cadeira eletiva, mas, pelo menos, a gente ia ter uma base (E8).

Diante dos depoimentos analisados neste trabalho, reitera-se a urgência de inserir a discussão sobre a temática não só na grade curricular da UEPB, como também entre os órgãos

de representação da categoria de um modo geral, os profissionais de Serviço Social, haja vista a pouca produção teórica e até de experiência na referida política sendo divulgadas nas revistas e anais de congresso da área.

Neste caminho, indagamos ainda quais as sugestões para contemplar a Segurança Pública na formação profissional de modo geral. A grande maioria respondeu que melhoraria tanto para os estudantes (futuros profissionais) quanto para os profissionais que já se encontram em diversos espaços sócio ocupacionais, sugerindo cadeiras que contemplassem essa discussão, bem como palestras, fóruns de debate, grupos de trabalho, etc. Apenas uma das entrevistadas respondeu que não tinha sugestões quanto a essa temática “Não, não tenho. Acho que é abordar como uma questão que é interconectada com uma questão mais ampla que é a questão social” (E5).

Eu acho que nessa questão também de que se reformular a grade curricular, reformular o curso, tanto vai melhorar para os profissionais que futuramente vão se formar e que vão aproveitar dessa grade curricular, coisa que a gente não vai mais, porque já está se formando e na questão do conhecimento mesmo, que fique para as gerações futuras (E3).

Seria um conhecimento a mais para nós, não só estudantes como profissionais e você teria, se você tivesse, vamos dizer, não, fosse atuar nesse segmento, você como profissional do Serviço Social, você já teria pelo menos aquela bagagem de conhecimento (E4).

Na formação [...] é importante, porque a gente vai ter mais conhecimento a respeito disso, vamos ter como ter um olhar direcionado, focado nos direitos, nos valores, nos princípios que regem essa questão da segurança pública (E7).

Na formação de modo geral [...] uma cadeira eletiva, ou então às vezes promover palestras que também é muito importante, promover palestras, trazer alguém, uma Assistente Social dentro dessa área para ela falar do trabalho dela como que vem sendo desenvolvida na política de Segurança e também uma visita a campo também seria muito importante (E8).

Vale lembrar que a formação não está restrita a curso de graduação. Mesmo graduado, o/a Assistente Social (e os respectivos órgão de representação da categoria) devem buscar melhores subsídios para esta formação contínua, através dos fóruns de debate, congressos, grupos de estudo, pesquisa, etc.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que a questão da segurança pública é uma preocupação constante que acompanha a trajetória do país desde a época da colonização. É uma questão que data a época dos portugueses, a qual tinha como objetivo tão somente proteger, salvaguardar a propriedade dos senhores de terra.

Porém, com o desenvolvimento da sociedade, esse ideal de segurança foi tomando novos contornos. Tratava-se não mais daquele conceito de segurança pautada na defesa do território, mas na manutenção da ordem pública a fim de defender o direito individual da população, bem como prevenir o avanço da criminalidade e da violência.

Enquanto direito social e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, inovou-se o paradigma da Segurança Pública, na qual destacou que ela é dever do Estado e responsabilidade e direito dos cidadãos.

Na última década, a questão da Segurança Pública passou a ser considerada problema fundamental e principal desafio ao estado de direito no Brasil. A segurança ganhou enorme visibilidade pública e jamais, na recente história brasileira, esteve tão presente nos debates – tanto de especialistas como do público em geral.

Muito embora o Serviço Social (como profissão inscrita na divisão do trabalho) tenha surgido no início da década de 1930, alguns direcionamentos de sua atuação são relativamente recentes na história da profissão.

A partir do estudo ora apresentado, analisamos que há uma discussão muito tímida a respeito da política de Segurança Pública no Serviço Social brasileiro (desde espaços de discussão promovidos pela categoria, como produção da área – revistas e anais de eventos). Tal fragilidade também encontra-se nos componentes curriculares do curso de Serviço Social da UEPB, a não ser quando o debate parte dos próprios discentes em sala, rodas de conversas informais etc.

Vale destacar que o Serviço Social é uma profissão generalista, e que o arsenal de políticas a ser discutido é vasto, o que vem a refletir na formação profissional, como também analisar quais os critérios, como são priorizados determinados componentes curriculares em detrimento de outros. Entretanto, também é consensual, entre os estudiosos da área, que essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do Assistente Social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza. Assim, entende-se como um problema que vem a atingir o profissional de Serviço Social em seus espaços sócio-ocupacionais, como também no âmbito acadêmico.

Muito embora seja um dos campos de estágio da instituição de ensino (UEPB) aberto há décadas, o conhecimento dos discentes sobre a Segurança Pública comumente se baseia no senso comum, em “achismos”.

O presente estudo revelou também algumas sugestões por parte dos entrevistados com vistas a contemplar a Segurança Pública na grade curricular do curso de Serviço Social, dentre as quais, destacam-se: reforma curricular; implantação de uma disciplina que venha a contemplar a política em tela, inserção da temática em algumas disciplinas, grupos de estudo, fóruns de debate, seminários, etc.

Por tudo o que fora exposto, pode-se depreender que mais que uma conquista de um espaço de trabalho, o sociojurídico, em especial e a política de Segurança Pública são marcados por contradições e desafios, pois se trata de uma área pouco analisada pelos Assistentes Sociais. Além do mais, a temática abordada é incipiente nos ciclos de debates no contexto da categoria e das demais entidades, embora seja comum sua articulação em espaços coletivos.

É necessário, portanto, aprofundar a discussão sobre a temática de Segurança Pública na formação em Serviço Social (desde as grades curriculares no âmbito da graduação até os espaços de debate da categoria), no sentido de somar esforços para análises cada vez mais críticas com relação às lacunas impeditivas à implementação da política em tela.

Nesse contexto, cabe também ao Serviço Social apropriar-se da temática da Segurança Pública. Aliás, o que ocorre é uma apatia da categoria profissional em adentrar no debate sobre esta política, visto que, nos congressos da categoria, há poucas publicações referentes ao tema.

Assim, esperamos que este estudo aproximativo tenha contribuído para fomentar as análises sobre o referido tema e instigado aprofundamentos analíticos a partir de novos questionamentos.

## REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.” In: **Cadernos ABESS nº 7**. São Paulo: Cortez, p. 58, 1997.
- ABESS/CEDEPSS. **Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: o pensamento das entidades nacionais**. Cadernos de Pesquisa CEDEPSS, São Paulo, ABESS/CEDEPSS, n.1, 1994.
- ABESS/CEDEPSS. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional - Novos subsídios para o debate**. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1995a.
- ARAÚJO, Maria Alana Albuquerque. **Os desafios postos à prática profissional do Assistente Social no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba**. 2011.34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2011.
- BARROCO, M. Lucia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.
- BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.106, p.205-218, abr./jun. 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEVERIDGE, Sir W. **O Plano Beveridge: relatório sobre o seguro social e serviços afins**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- BIRH, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento europeu operário em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BORGIANNI, Elizabete. **Ética e direitos humanos na sociedade e no Serviço Social. In: CRESS/7ª Região (Org.). Em foco: O Serviço Social e o sistema sociojurídico**. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região; PPGSS/UERJ, n. 2, 2004.
- BORGIANNI, Elizabete. **O Serviço Social no “Campo Sociojurídico”**: primeiras aproximações analíticas a partir de uma perspectiva crítico-ontológica. São Paulo, mimeo, 2012.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da reforma da previdência na Seguridade Social Brasileira. Psicologia e Sociedade**; 15 (1): 57-96. Brasília: Universidade de Brasília (UNB), jan./jun. 2003.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta cria Sistema Único de Segurança Pública**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/SEGURANCA/426620->

PROPOSTA-CRIA-SISTEMA-UNICO-DE-SEGURANCA-PUBLICA.html> Acesso em: 20 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 24 mar 2014.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.

BREDARIOLI, Cláudia. **Brasil econômico (SP): custo da violência ultrapassa R\$ 200 bi por ano no Brasil**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14950](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14950). Acesso em: 19 nov 2012.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1993.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social**. Rio de Janeiro, Agir - CBCISS, 1986, 2a. Edição.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; v. 162).

CFESS. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1º Ed. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão**. Brasília: CFESS, 2014.

CFESS. **Deliberações do 32º Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Brasília: CFESS, 2003.

CFESS. **Na Copa, comemorar o que? Queremos saúde e transporte públicos de qualidade! Queremos moradia digna!** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1076> Acesso em: 30 mar. 2014.

COSTA, Arthur; GROSSI, Bruno C. **Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública**. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, n. 1, 2007.

COSTA, Flávio. **O descontrole da violência em São Paulo: Índices de criminalidadedisparam no Estado mais rico do País, e o governo admite clima de insegurança.** Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/224867\\_O+DESCONTROLE+DA+VIOLENCIA+EM+SAO+PAULO](http://www.istoe.com.br/reportagens/224867_O+DESCONTROLE+DA+VIOLENCIA+EM+SAO+PAULO)> Acesso em: 28 nov. 2012.

CRISTINO, Fernanda da Rosa. Segurança pública e democracia: um novo paradigma. **Revista Jus Vigilantibus**, out. 2008.

CURADORIA (ativista) de vídeos: **Remoções forçadas e megaeventos esportivos no Rio de Janeiro.** Disponível em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_v\\_epct/PDF/ciencias\\_humanas/20\\_SOUZA\\_PEREIRA%20MELO.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_humanas/20_SOUZA_PEREIRA%20MELO.pdf). Acesso em: 16 mar. 2014.

FÁVERO, Eunice Terezinha. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: CFESS (org.) **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos.** São Paulo: Cortez/CFESS, 2003.

FENAVIST. **Movimentação das Empresas do segmento.** Dezembro 2013 – Boletim estatístico. Disponível em: <http://www.fenavist.org.br/downloads/boletim%20estatistico%20dezembro%202013.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2014.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3, n. 5, ago./set. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIOIA, Silvia Catarina; PEREIRA, Maria Eliza. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GONÇALVES, Lígia Maria Daher. **Política de Segurança Pública no Brasil na pós-transição democrática:** deslocamentos em um modelo resistente. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**, nº82.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo; Lima, Peru: Cortez; CELATS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil-17.** ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 7º Ed. Cortez, 2004.

IANNI, Otávio. O ciclo da revolução burguesa no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.

LIMA, João Batista (cel.). **A Briosa**: História da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa-PB, 2000.

MARX, Karl. Carlos Marx e Federico Engels. **Obras fundamentais**. 1. – Marx. Escritos de juventud. Wenceslao Roces (org.). México, Fondo de Cultura Econômica, 1987.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 11.ed. São Paulo: Bertrand Brasil-DIFEL, 1987. 1.1, v. 1.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição e processo**: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1).

MOTA; Ana Elizabete. et al. **O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional**. Serviço Social e Sociedade n.87. São Paulo: Cortez, 2006.

MURTEIRA, Mário. **Economia e Gestão**. Lisboa, v.13, n 2, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. “Estado, Política e emancipação humana”. In: GARCIA, Carla et. AL. **Estado, Política e emancipação humana** – lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais: Santo André, São Paulo, Alpharrabio, 2008.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: ENCONTRONACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 7., 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2000.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2ª.ed. São Paulo, Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. O Movimento de reconceitualização – 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 84, 2005.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie (texto da comunicação na seção temática). “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”. **III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”**. Serpa, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (organizadora); MARTINS, André Silva [eat]. **A direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia no Brasil/ ; . – São Paulo: Xamã, 2010. 223 p.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes, Rio de Janeiro: E-papers/FAPERJ, 2010.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A Crise Estrutural do Capital, os Trabalhadores e o Serviço Social. In: COSTA, Gilmaisa M; PRÉDES, Rosa, Souza, Reivan (orgs). **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Maceió: EDUFAL, 2010.

**POLICIAL de UPP morre baleado em confronto no Complexo da Penha, Rio**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/policial-de-upp-morre-baleado-em-confronto-no-complexo-da-penha-rio.html>. Acesso em: 19 mar. 2014.

**PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência**. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/sites/6bpm/proerd.html>

RAICHELIS, Raquel. Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Ano XXVII, mar. 2006. Nº 85, p. 109-116.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado**: desafio frente às violações de seus direitos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RUBIN, I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Josiane S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012. (col. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.6).

SILVA, José Fernando Siqueira da; CARMO, Onilda Alves do. Sociabilidade Burguesa, Violência e Serviço Social. In: SILVA, José Fernando Siqueira da; SANTANA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (orgs). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2013. Coletânea Nova de Serviço Social. P.85-109.

SOUZA, Osmar Martins; PEREIRA MELO, José Joaquim. Da manufatura a maquina moderna: consolidação do modo de produção capitalista. **V Encontro de produção científica e tecnológica**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2010. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_v\\_epct/PDF/ciencias\\_humanas/20\\_SOUZA\\_PEREIRA%20MELO.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_humanas/20_SOUZA_PEREIRA%20MELO.pdf). Acesso em: 09 mar. 2014.

TAVEIRA, Djailma Maria Lemos. **Mulher e polícia militar**: um estudo sobre as motivações do ingresso das profissionais no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba. 2012.84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, B. O. **Serviço Social**: processos e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro, Agir, 1988.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Trad. Sérgio Lamarão. 3. ed.revis. ampl. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009a.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

ZANETIC, André. Segurança privada: característica do setor e impacto sobre o policiamento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano. 3, n 4, mar./abri. 2009.

ZEFERINO, Bárbara Cristhiany; LIMA, Aline Joyce. A impossibilidade da cultura da paz na sociedade regida pelo capital. In: COSTA, Gilmaisa M; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan (orgs). **Crise contemporânea e serviço social**. Maceió, EDUFAL, 2010.



**Apêndice A: Roteiro de entrevista**

**Pesquisa: SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO JUNTO AOS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA.**

**Pesquisa:** SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO JUNTO AOS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA.

**Pesquisador (a) Responsável:** Dayane Almeida Dias

**Orientadora:** Thaísa Simplício Carneiro Matias

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**- Perfil socioeconômico dos entrevistados (a):**

**1) Idade:**

**2) Sexo:**

Masculino  Feminino

**3) Estado Civil:**

Solteiro  Casado

Divorciado  Outros \_\_\_\_\_

**4) Escolaridade (Outra formação):**

Sim  Qual: \_\_\_\_\_ Não

**5) Trabalha?**

Sim  Onde/cargo: \_\_\_\_\_ Não

**6) Renda:**

De 1 a 2 salários mínimos  De 2 a 3 salários mínimos

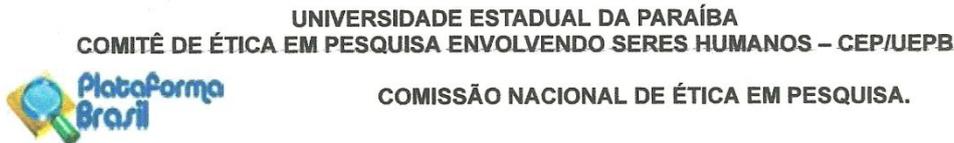
De 3 a 4 salários mínimos  De 4 a 5 salários mínimos

Acima de 5 salários mínimos

**- Perguntas:**

- 7) Qual sua compreensão a respeito da política de Segurança Pública?
  - 7.1) E da Polícia?
- 8) Já tinha conhecimento da temática? Através de que?
- 9) A política de Segurança Pública em algum momento foi discutida em sala de aula?
  - 9.1) Se sim, por qual componente curricular?
  - 9.2) E como ela é discutida (textos específicos, exemplos)?
  - 9.3) Se 'não', porque você acha que não é/foi discutida?
- 10) Na sua opinião, existe relação entre a política de segurança pública e o Serviço Social?  
Por que?
  - 10.1) Os componentes curriculares vem problematizando esta política?
- 11) Quais as dificuldades para relacionar a referida política com a profissão?
- 12) Você acha importante a aproximação/aprofundamento desta temática para a nossa formação profissional? Por que?
- 13) Quais as sugestões para contemplar a Segurança Pública na grade curricular do curso de Serviço Social?
  - 13.1) E na formação de modo geral?

## Anexo A: Parecer do Comitê de Ética



COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA/  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA/  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Prof.ª Dra. Doralúcia Pedrosa de Araújo  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

### **PARECER DO RELATOR: (23)**

**Número do Protocolo emitido pelo CEP-UEPB:** 30213814.0.0000.5187

**Data da 1ª relatoria PARECER DO AVALIADOR:** 22 de abril de 2014

**Data da 2ª relatoria:** 14 de maio de 2014

**Pesquisador(a) Responsável:** Tháisa Simplício Carneiro

**Situação do parecer:** Reapresentado, reavaliado e aprovado.

**Apresentação do Projeto:** O projeto é intitulado: Segurança pública e serviço social: um estudo com os discentes do curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba, será utilizada para elaborar trabalho de conclusão de curso do curso de Serviço Social. A referida pesquisa de campo será desenvolvida com os discentes no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), localizada na Rua Baraúnas, 351, no bairro de Bodocongó, na cidade de Campina Grande – PB.

**Objetivo da Pesquisa:** Analisar a concepção dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba acerca da organização militar.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:** Considerando a justificativa e os aportes teóricos e metodologia apresentados no presente projeto, e ainda considerando a relevância do estudo as quais são explícitas suas possíveis contribuições, percebe-se que a mesma não trará riscos aos participantes da pesquisa.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:** O estudo encontra-se com uma fundamentação teórica estruturada atendendo as exigências protocolares do CEP-UEPB. E apresenta tema relevante.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória e Parecer do Avaliador:** Encontram-se anexados os termos de autorização necessários para o estudo.

**Recomendações:** As recomendações feitas em 22 de abril de 2014 foram acatadas. Estando o projeto com fins de elaboração do trabalho de conclusão de curso do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), não há mais o que se recomendar.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:** As recomendações solicitadas foram acatadas. Diante do exposto, somos pela aprovação do referido estudo.

## ANEXO B: SÍNTESE DAS FAMÍLIAS REMOVIDAS NO RIO DE JANEIRO EM 2013

**Quadro 1**

Síntese do Número de Famílias Removidas ou Ameaçadas de Remoção, por comunidade, Cidade do Rio de Janeiro, 2013

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	300	Removida	300	Construção do Parque Municipal de Madureira/"Legado" associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	s/i	80	BRT Transoeste Barra da Tijuca a Santa Cruz
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Removida	235	BRT Transoeste
11. Notredame	s/i	52	s/i	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo	s/i	50	s/i	50	BRT Transoeste
13. Vila Taboinha	1990	—	400	400	Reintegração de posse
14. Asa Branca (Curicica)	1986	—	s/i	s/i	BRT Transolímpica
15. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
16. Vila União (Curicica)	década de 1980	—	3.000	3.000	BRT Transolímpica
17. Colônia Juliano Moreira	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
18. Metrô Mangueira	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
19. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	—	500	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
20. Belém-Belém (Pilares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
21. Favela do Sambódromo	s/i	60	Removida	60	Alargamento do Sambódromo
22. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
23. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Removida	150	Projeto Porto Maravilha
24. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Removida	30	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupação Boa Vista	1998	35	Removida	35	Projeto Porto Maravilha
27. Quilombo das Guerreiras	2006	—	50	50	Projeto Porto Maravilha
28. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Removida	133	Projeto Porto Maravilha
29. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Removida	47	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Removida	70	Projeto Porto Maravilha
SUBTOTAL 1		2.434	5.916	8.350	COPA E OLIMPÍADAS
31. Tabajaras / Estradinha	1986	252	100	352	A Prefeitura alega que a área é de risco
32. Virgolândia	década de 1980	600	—	600	Faixa Marginal de Proteção
33. Pavão-Pavãozinho	1930	300	—	300	A Prefeitura alega que a área é de risco
34. Santa Marta	1942	—	150	150	Área de risco no Pico do Santa Marta
35. Vidigal	1941	—	40	40	Área de risco
36. Horto	1811	3	520	523	Interesse ambiental e patrimônio histórico
37. Indiana	1957	110	517	627	Área de risco
SUBTOTAL 2		665	1.927	2.592	INTERESSE IMOBILIÁRIO, AMBIENTAL E ÁREA DE RISCO
<b>TOTAL</b>		<b>3.099</b>	<b>7.843</b>	<b>10.942</b>	

Fonte: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro